

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
MONOGRAFIA DE BACHARELADO
INSTITUTO DE ECONOMIA

**O PAPEL DA CAPACITAÇÃO EMPREENDEDORA NO
APOIO AO EMPREENDEDORISMO: PERCEPÇÕES SOBRE
UMA AÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO**

TAINÁ ALBUQUERQUE BRAVO DE SOUZA

Matrícula nº 111013025

ORIENTADORA: Prof.^a RENATA LÈBRE LA ROVERE

SETEMBRO 2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
MONOGRAFIA DE BACHARELADO
INSTITUTO DE ECONOMIA

**O PAPEL DA CAPACITAÇÃO EMPREENDEDORA NO
APOIO AO EMPREENDEDORISMO: PERCEPÇÕES SOBRE
UMA AÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO**

TAINÁ ALBUQUERQUE BRAVO DE SOUZA

Matrícula nº 111013025

ORIENTADORA: Prof.^a RENATA LÈBRE LA ROVERE

SETEMBRO 2016

As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade da autora

*“A educação é um processo social, é desenvolvimento.
Não é a preparação para a vida, é a própria vida.”*

- John Dewey

AGRADECIMENTOS

“Se eu vi mais longe foi porque me apoiei sobre o ombro de gigantes.”

Ao longo desta caminhada na UFRJ, sinto-me feliz e realizada ao fazer um rápido retrospecto e ver o quanto me transformei ao longo dos últimos 5 anos. Certamente, não seria possível sem o apoio de algumas pessoas que foram fundamentais nessa trajetória.

Agradeço aos meus pais, Náustria e Paulo, à Angela e ao Sérgio, e à minha família, meu porto seguro, minha base, que proveram toda a estrutura para que o sonho de estudar na UFRJ se tornasse realidade. Qualquer simples ‘obrigada’ seria insuficiente. Esse agradecimento é apenas uma gota no oceano de gratidão que sinto por tudo que vocês fizeram e fazem por mim

Ao corpo docente da UFRJ e todo o corpo técnico-administrativo, que aceitam o desafio diário de ensinar, em uma instituição pública, e formar cidadãos, que sejam capazes de transformar o nosso país.

À minha orientadora, professora Renata, por toda a dedicação e empenho em me instruir e direcionar durante o período de iniciação científica e no decorrer da construção desta monografia.

Ao Movimento Empresa Júnior, que por meio da Ayra, empresa júnior de gestão de negócios da UFRJ, Brasil Júnior, Confederação Brasileira das Empresas Juniores, e EFEJ 2013 – Encontro Fluminense de Empresários Juniores - me proporcionou experiências, transformações, conhecimento e encontros com pessoas incríveis.

Aos meus companheiros de vida, Tamara, Laila, Lari, André, Queri, Anna, Caio, que com suas particularidades enriquecem minha trajetória. O brilho que cada um possui transforma minha existência, nas mais diversas maneiras.

Agradeço até mesmo as dificuldades ao longo do caminho, pois apesar de adversárias, são nos momentos mais difíceis que temos grandes aprendizados e tornam nossa conquista ainda mais especial.

RESUMO

O presente trabalho discute o papel da capacitação empreendedora no fomento ao empreendedorismo e quais são as implicações para as políticas públicas e políticas de interesse público. Tendo em vista que o empreendedorismo pode impactar o crescimento econômico e o grande nível de atividade empreendedora que vem ocorrendo no país ao longo dos últimos anos, esta monografia analisa as principais medidas de fomento ao empreendedorismo aplicadas no período de 2003 a 2014 no Brasil, com maior ênfase no Estado do Rio de Janeiro. Este trabalho também busca apresentar e discutir sobre o papel das políticas públicas e de interesse público no crescimento do empreendedorismo e especificamente o comportamento de programas relacionados à capacitação empreendedora no fomento da cultura empreendedora, apresentando uma análise sobre a percepção dos participantes do programa *Meu Futuro Negócio*, uma ação de interesse público aplicado no Estado do Rio de Janeiro.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I – EMPREENDER PARA QUÊ?.....	11
I.1 O surgimento do capitalismo informacional e novos paradigmas	11
I.2. Visão sobre os conceitos de empreendedorismo e o empreendedor	12
I.3. Empreendedorismo, Crescimento Econômico e Implicações para Políticas Públicas.....	14
I.4. A importância da capacitação empreendedora.....	17
I.5. Considerações Finais.....	21
CAPÍTULO II – O ECOSISTEMA EMPREENDEDOR BRASILEIRO	22
II.1. Visão dos Organismos Internacionais (GEM& OCDE).....	23
II.2. Contexto Macroeconômico Brasileiro no Período 2003 -2014 e Sua Relação com o Empreendedorismo	25
II.3. Evolução do Empreendedorismo no Brasil 2003 - 2014	30
II.4. Considerações Finais	34
CAPÍTULO III – POLÍTICAS PÚBLICAS E DE INTERESSE PÚBLICO E SUA IMPORTÂNCIA NO CONTEXTO EMPREENDEDOR BRASILEIRO.....	35
III.1. Definindo política pública e política de interesse público	36
III.2. Os desafios da política pública e da política de interesse público e as ações aplicadas no período 2003-2014	37
III.3. Considerações Finais	43
CAPÍTULO IV – “MEU FUTURO NEGÓCIO”.....	45
<i>Uma análise sobre as percepções dos participantes desta ação de interesse público.....</i>	45
IV.1 O Estado do Rio de Janeiro e o Empreendedorismo.....	45
IV.2. O Programa “Meu Futuro Negócio” do IEL	47
IV. 3. Considerações Finais.....	57
CONCLUSÃO	59
BIBLIOGRAFIA.....	62

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Papel do Empreendedorismo no Crescimento Econômico	18
Figura 2 – Relação do Empreendedorismo com as Metas do Plano Brasil Maior	23
Figura 3 – Critério de classificação do porte das empresas por pessoas ocupadas	29
Figura 4 – Quadro com critérios chave para ecossistema empreendedor	33
Figura 5 - Leis e Decretos sobre simplificação tributária e Respectivas Finalidades	39

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Taxa de Crescimento do PIB (2003 – 2014)	25
Gráfico 2 – Brasil - Número de Empregos e Variação Absoluta.....	26
Gráfico 3 – Taxa de Desemprego em %	27
Gráfico 4 – Evolução no número de MEIs (Brasil).....	33
Gráfico 5 – Pergunta: Qual foi a sua principal motivação para participar do programa "Meu Futuro Negócio"?)	52
Gráfico 6 – Pergunta: O que mais te chamou a atenção na proposta do programa?	53
Gráfico 7 – Pergunta: Antes de participar do curso, você...?	53
Gráfico 8 - Pergunta: Antes do curso 'Meu Futuro Negócio', avalie seu conhecimento sobre o tema empreendedorismo?	54
Gráfico 9 - Pergunta: Classifique a seguinte afirmação: "Após a participação no curso 'Meu Futuro Negócio', me considero um empreendedor/possuo postura empreendedora."	55
Gráfico 10 - Pergunta: Após sua participação no curso 'Meu Futuro Negócio', como você avalia a sua capacidade individual (conhecimento, competências e experiência) para abrir um novo negócio?	56
Gráfico 11 - Pergunta: Como você vê a oportunidade de iniciar um novo negócio nos próximos 6 meses?	57

INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda um tema bastante discutido desde a década de 1990 e que se acentuou no passado recente. Entende-se que o empreendedorismo é um dos possíveis drivers para o crescimento econômico, geração de emprego e inovação. O empreendedor é um importante *player* na dinamização econômica, com alto nível de motivação, disposto a ser referência naquilo que faz, com características diferenciadas. Os dados atuais sobre o empreendedorismo no país apenas corroboram a importância de estudar o comportamento desse importante player e do processo empreendedor como um todo.

Em 2014, o Brasil ocupou o topo do ranking mundial de empreendedorismo, segundo pesquisa realizada pelo *Global Entrepreneurship Monitor*. Acredita-se que o grande número de empreendedores é uma consequência de medidas recentes, como por exemplo, a criação do Micro Empreendedor Individual e ampliação do Super Simples, que melhoraram o nível de formalização de empreendedores assim como simplificaram a cobrança tributária para essas empresas.

É válido ressaltar que três em cada dez brasileiros adultos entre 18 e 64 anos possuem uma empresa ou estão envolvidos com a criação de um negócio próprio. No período de 10 anos, essa taxa de empreendedorismo saltou de 23% para 34,5% (GEM, 2014). Deste total, metade corresponde a empreendedores novos – com menos de três anos e meio de atividade – e a outra metade aos donos de negócios estabelecidos há mais tempo. Além disso, 71% dos empreendedores brasileiros são motivados pela oportunidade de negócio e não pela necessidade, o que pode implicar significativamente a qualidade do empreendedorismo (GEM, 2014).

Apesar deste crescimento, todavia, a taxa de sobrevivência de empresas no país é relativamente baixa. Segundo dados divulgados pelo IBGE, mais da metade das empresas criadas no país encerraram suas atividades após 4 anos. Das 694 mil empresas fundadas em 2009, apenas 47,5% ainda estavam em atividade ao final de 2013. Questões como alta carga tributária, burocracia e as habilidades de gerenciamento desses novos empreendimentos configuram como possíveis causas para esses números. Tais dados apontam que ainda há espaço para melhorias e oportunidades no que se refere aos programas de fomento ao surgimento de novos negócios.

Diante dos fatos apresentados, objetiva-se com o presente trabalho apresentar, discutir e analisar principalmente o papel das políticas de interesse público para o crescimento do empreendedorismo e especificamente o comportamento de programas relacionados à capacitação empreendedora no fomento da cultura empreendedora no país, tendo como referência o período de 2003 a 2014. É válido ressaltar que segundo o presente trabalho a capacitação empreendedora é vista como um instrumento de fomento ao empreendedorismo. A forma pela qual isso ocorre será discutida ao longo da monografia.

No primeiro momento, a revisão da literatura acerca do papel do empreendedor e do empreendedorismo e sua relação com crescimento econômico foi fundamental, assim como a análise dos novos paradigmas impostos com o surgimento do capitalismo informacional e qual seria a relação entre estes novos desafios e capacitação empreendedora.

Em seguida, no segundo capítulo, apresenta-se a visão das principais instituições acerca deste fenômeno, um breve resumo do cenário macroeconômico brasileiro no período de 2003 a 2014 e analisar os principais fatores do ecossistema empreendedor brasileiro.

No terceiro capítulo, fez-se necessário revisar os conceitos de políticas públicas e políticas de interesse público, além de apresentar os fatores direcionadores da principal política pública de apoio ao empreendedorismo no país (*Política Nacional de Empreendedorismo e Negócio- PNEN*) aplicada em 2012 e a formulação da iniciativa de interesse público conduzido pelo Instituto Euvaldo Lodi, uma iniciativa da Confederação Nacional da Indústria, união que foi fundamental para o surgimento do programa “Meu Futuro Negócio”.

Por fim, no capítulo 4, descreve-se brevemente o ecossistema empreendedor do Estado do Rio de Janeiro, considerado uma região pioneira do tema e apresenta-se a análise de uma ação de interesse público, visando a capacitar empreendedores. O capítulo foi elaborado com base em entrevistas com os idealizadores do programa e apresenta uma análise acerca das percepções dos participantes do programa “Meu Futuro Negócio”. Em sequência, ao final do trabalho, apresenta-se a conclusão, como uma tentativa de responder a questão: por que a capacitação empreendedora é relevante para o fomento do empreendedorismo?

CAPÍTULO I – EMPREENDER PARA QUÊ?

A importância do empreendedorismo e da capacitação empreendedora no atual cenário econômico

O empreendedorismo é atualmente uma importante área de pesquisa e delineamento de políticas públicas de desenvolvimento. Como apontado em Lundström e Stevenson (2001), diversos países estão em busca de soluções para o fomento ao empreendedorismo tendo em vista a crescente evidência entre o alto nível de atividade empreendedora, medida em relação ao elevado número de *startups*, e sua contribuição para crescimento econômico e desenvolvimento, apesar dessa conexão variar consideravelmente entre os países (AUDRETSCH E THURIK, 2001).

Uma dificuldade inicial para o estudo sobre o tema é a definição do termo empreendedorismo, que possui diversos conceitos que por si só geram constantes debates entre os estudiosos do assunto. O objetivo deste capítulo consiste justamente em apresentar a contextualização do tema escolhido como objeto de pesquisa, uma breve revisão bibliográfica da literatura a respeito do empreendedor e do empreendedorismo e como este último termo é visto como fator de crescimento econômico para os países. Além disso, visa-se retratar de que forma a importância da capacitação empreendedora é vista como um dos determinantes desse movimento e mais especificamente, qual a importância da presença da capacitação empreendedora nas universidades brasileiras.

I.1 O surgimento do capitalismo informacional e novos paradigmas

Desde o fim do segundo milênio, diversos acontecimentos transformaram o contexto socioeconômico em que vivemos (CASTELLS, 1996). Viu-se surgir aos poucos uma revolução tecnológica concentrada essencialmente nas tecnologias da informação, que por sua vez iniciou uma reestruturação, de forma tímida e posteriormente acelerada, do modelo de produção capitalista. Economias de diversos países viram-se cada vez mais interdependentes, com maior integração de seus mercados e ao mesmo tempo aumento da concorrência global, em uma disputa cada vez mais acirrada sobre os meios de produção, visando sempre maior grau de eficiência produtiva. Ademais, maior flexibilidade de gerenciamento, descentralização da indústria e a nova comunicação em rede foram características que estiveram presentes no processo de reestruturação capitalista, e que se intensificaram com o passar dos anos.

Um exemplo bastante utilizado para ilustrar este microcosmo do cenário descrito anteriormente é o Vale do Silício, nos Estados Unidos, local que se transformou em meio ao processo de inovação tecnológica graças à convergência de fatores-chave com atuação em um mesmo lugar: alto número de profissionais talentosos e com riqueza de conhecimento, podendo-se citar dentre eles engenheiros, pesquisadores e cientistas; universidades com alto nível educacional; linhas de financiamento; a construção de uma rede empresas de capital de risco; e por fim, a liderança institucional, neste caso, exercida pela Universidade de Stanford (CASTELLS, 1996).

As transformações descritas levaram a existência de um novo tipo de economia, informacional, global e em rede. Informacional à medida que a produtividade e a competitividade dos agentes nesse modelo dependem essencialmente de sua capacidade de gerar, processar e utilizar de forma eficiente a informação disponível. Global, dado que as etapas produtivas e consumo de bens assim como os meios de produção encontram-se cada vez interdependentes em uma escala mundial. Em rede, uma vez que toda essa produtividade e concorrência ocorrem em uma rede global de interação. Em suma, o capitalismo evoluiu para uma nova fase conhecida como informacional, pois a geração de riquezas, a competitividade das empresas, países e regiões, depende, sobretudo, da informação e do conhecimento, e que funciona em rede, sob uma nova forma organizacional, altamente flexível e dinâmica, em um nível global de interdependência.

De modo geral essa fase se caracteriza pela redução do ciclo de vida dos produtos, com espaços de tempo cada vez mais curtos entre a inserção de uma nova tecnologia, sua utilização, sua aplicação e conseqüente desenvolvimento para outro produto.

Este novo cenário criou e cria atualmente uma demanda no mercado de trabalho mundial e brasileiro por respostas cada vez mais rápidas de seus agentes aos novos desafios postos.

I.2. Visão sobre os conceitos de empreendedorismo e o empreendedor

Nos anos recentes, principalmente a partir da década de 1980, o papel do empreendedorismo ganhou destaque, principalmente quando estudos começaram a apontá-lo como um dos *drivers* do crescimento econômico, aumentando o interesse em relação ao indivíduo empreendedor. No entanto, a presença de tal personagem na literatura seria consideravelmente mais antiga, existente nos manuscritos de Cantillon que já na primeira

metade do século XVIII desenvolveu a concepção do empreendedor como indivíduo tomador de riscos frente às incertezas (WENNEKERS, 1999).

Segundo Marshall (2009) o empreendedor seria “o pioneiro de novas trajetórias”, enquanto Coase (1995) o via como coordenador da produção. Uma definição próxima a de Coase pode ser vista em Casson (2003), que defende que o empreendedor é alguém especializado em tomar decisões em relação à coordenação de recursos escassos. Por sua vez, Schumpeter¹ (1965) definiu o empreendedor como um indivíduo que “*explora a oportunidade de mercado por meio de inovações tecnológicas ou organizacionais*”. Este indivíduo não seria necessariamente o tomador de risco, papel incumbido ao capitalista que irá financiar o empreendedor. Uma definição mais recente pode ser vista em Onuoha (2007), que entende o empreendedorismo como “*a prática de iniciar novas organizações ou revitalizar organizações maduras, particularmente novos negócios geralmente em resposta às oportunidades identificadas*”. Esta última definição inicia uma conexão entre empreendedorismo e crescimento que será apresentada ainda neste capítulo.

O presente estudo entende o empreendedorismo como um comportamento individual heterogêneo que se manifesta sob diversos prismas, seja na abertura de novos negócios ou em atividades intraempresariais, mas, sobretudo, como uma nova forma de capacitação dos indivíduos no mercado de trabalho diante do surgimento da demanda por respostas cada vez mais rápidas aos novos desafios propostos. Conforme defendido por Wennekens e Thurik (1999), a atividade empreendedora não toma forma somente na abertura de pequenas empresas, mas também sob o aspecto de empreendedorismo corporativo, com a implantação de novas ideias, abertura de novos negócios, novas estratégias e responsabilidades dentro de grandes empresas e multinacionais. No longo prazo, o intraempreendedorismo seria capaz de estimular a competitividade e crescimento de vendas das firmas. Parece haver possíveis argumentos sobre o impacto positivo dessa forma de empreendedorismo corporativo no crescimento econômico. No entanto, tal conceito pode parecer ainda um pouco evasivo, sendo necessária a formulação de análises mais sólidas a esse respeito.

Neste momento faz-se necessário destacar que entre os empreendedores existem aqueles cujo negócio está mais voltado ao desenvolvimento de inovações e como resultado suas empresas desde o início possuem altas taxas de crescimento (as chamadas *gazelas*)². Nessa monografia considera-se não apenas as gazelas como também as empresas que

¹Faz-se necessário ressaltar que a estavisão de Schumpeter refere-se ao que Langlois (1996) chama de « Schumpeter I ».

² Ver a esse respeito Julien (2010).

resultam da identificação de oportunidades de mercado, conforme a definição de Dornelas (DORNELAS, 2015). Ambos os tipos de criação de empresas são considerados relevantes, seja pela inovação, seja pela criação de novos empregos e dinamização econômica. Acredita-se também que ambos os tipos podem surgir tanto pelo empreendedorismo por oportunidade como por necessidade, conceitos que serão expostos no capítulo 2.

Dada a necessidade de mensuração para o estudo empírico e tendo em vista o objetivo de compreender o papel do empreendedorismo no crescimento econômico assim como a importância da capacitação empreendedora no fomento a esse fenômeno, será utilizada oficialmente a definição de empreendedorismo aplicada pelo *Global Entrepreneurship Monitor*, pesquisa iniciada em 1997 em parceria com Babson College e London School of Business, que se assemelha com aquela defendida por Onuoha (2007):

Qualquer tentativa de novos negócios ou criação de novas empresas, tais como a auto emprego, uma nova organização empresarial ou a expansão de uma empresa já existente, por um indivíduo, uma equipe de indivíduos, ou um negócio estabelecido. (GEM, 1999, p.6)

A partir da definição do que é o empreendedor e o que é empreendedorismo, é fundamental analisar os fatores determinantes para esse movimento, a importância para o crescimento econômico de um país e os encadeamentos para as políticas públicas.

I.3. Empreendedorismo, Crescimento Econômico e Implicações para Políticas Públicas

Pode-se afirmar que um número considerável de estudos acerca da importância do empreendedorismo para o crescimento econômico tem sido desenvolvido e se intensificado desde o final do século XX (ACS, CARLSSON E CARLSSON, 1999; AUDRETSCH E THURIK, 2001A, 2001B, KIRCHHOFF, 1994; WENNEKERS E THURIK, 1999).

Diante de um cenário em que há uma constante evolução na dinamicidade do sistema capitalista, a flexibilidade e a inovação são elementos cada vez mais fundamentais na sobrevivência das empresas. Posto isto, o empreendedorismo torna-se elementar neste contexto. Ademais, o Estado precisa adaptar-se às novas exigências para suportar o desenvolvimento de tais negócios, uma vez que os meios tradicionais como linhas de financiamento não são, por si só, condições suficientes para o fomento da inovação.

Análises realizadas por Audretsch e Thurik (2001) indicam evidências empíricas que conectam o aumento do empreendedorismo ao desempenho econômico, em termos tanto de

crescimento bem como redução do desemprego em países pertencentes à OCDE. Apesar do reconhecimento em relação à dificuldade de mensuração da atividade empreendedora quando se trata de uma análise empírica (STOREY, 1991), Audretsch e Thurik tomam como base para seu estudo dois diferentes tipos de medida: a participação percentual na atividade econômica pelas pequenas empresas e a taxa de emprego por conta própria. Para mensuração do comportamento econômico, são tidos como parâmetros a taxa de crescimento econômico e a redução do desemprego.

Conforme apontado por tais estudos empíricos, ainda que seja reconhecido que pode haver uma considerável variação desse *link* entre empreendedorismo e crescimento econômico de acordo com o país analisado, sabe-se pouco acerca das consequências para os países que possuem atraso nesse processo (AUDRETSCH E THURIK, 2001). Para esses autores, o empreendedorismo é capaz de gerar crescimento porque serve como um veículo para inovação e mudança e, dessa forma, funciona como um canal para disseminação do conhecimento. Ademais, a evolução de função de produção baseada no investimento em Pesquisa & Desenvolvimento fica ainda mais em evidência quando estudos revelam que pequenas empresas funcionam como a engenharia propulsora da inovação em determinadas indústrias (AUDRETSCH E THURIK, 2001). Em Wennekers e Thurik (1999), defende-se que, hoje em dia, com economias cada vez mais modernas, o empreendedorismo é mais importante do que nunca. Tendo em vista o contexto de globalização e a revolução tecnológica, fazem-se cada vez mais necessárias mudanças estruturais no que se refere à alocação de recursos, o que induziria, segundo o mesmo, uma intensa e crescente demanda por empreendedorismo, que seria um veículo imprescindível de inovação, seja no surgimento de novos produtos, novas estratégias ou novas soluções de oferta para necessidades de demanda.

Até então, acreditava-se na proporção entre investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D) realizado pelas grandes firmas e o retorno econômico em termos de inovações realizadas nessas empresas como medida de inovação. No entanto, novas proposições colocam em destaque uma nova ótica de percepção na qual o conhecimento e consequentemente a inovação não são mais gerados ao nível da firma e, sim, ao nível do indivíduo, que passa a ser a nova unidade de observação (AUDRETSCH, 1995). Audretsch propõe deslocar a unidade de observação de empresas para os indivíduos - agentes com novos conhecimentos econômicos. Essa mudança de ótica traz à tona um importante questionamento

para a continuidade do estudo: como esses mesmos agentes aplicarão os novos conhecimentos adquiridos?

A forma como esse agente econômico escolherá o modo pelo qual aplicará seu conhecimento, isto é, seja trabalhando em uma empresa de pequeno, médio ou grande porte, seja abrindo um novo negócio será direcionada pelas necessidades da indústria em que tal indivíduo está inserido, assim como as oportunidades percebidas pelo mesmo no mercado. Além disso, em um processo ininterrupto de globalização, sob um contexto em que as vantagens comparativas dos países pertencentes à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico(OCDE) deslocam-se às atividades econômicas baseadas em conhecimento, não apenas o empreendedorismo ganha maior destaque, mas o impacto do mesmo torna-se fundamental para gerar crescimento. Audretsch e Thurik (2001) destacam que em uma economia altamente empreendedora, o agente possuirá uma tendência maior para aplicar seu conhecimento na abertura de novas firmas, ao invés de se inserir em uma firma já existente.

Novas empresas representam grande nível de incerteza, uma vez que não se sabe o nível de demanda (caso seja um novo produto ou serviço) ou se há barreiras à entrada de novos concorrentes. Somado a isso, aliam-se questões relacionadas às habilidades de gestão dessas novas firmas, bem como a organização e a respectiva mão de obra. Como apresentado em Audretsch e Thurik, (2001), os próprios empreendedores não possuem completa segurança em relação às suas competências gerenciais. O fator relacionado à capacidade empreendedora é questão-chave neste modelo e será tratado com maior riqueza de detalhes adiante. Enquanto Romer (1990) e Rivera e Romer (1994) identificam em suas pesquisas que o transbordamento do conhecimento e suas externalidades são importantes para a geração de crescimento endógeno, ainda não se sabe com precisão por meio de qual mecanismo ocorre esse 'transbordamento'. Uma hipótese é que a criação de pequenas firmas empreendedoras é uma dessas vias. Dessa forma, o crescimento da importância da atividade empreendedora poderá facilitar tal 'transbordamento' do conhecimento e, portanto, um sequencial crescimento.

Para demonstrar empiricamente a ligação entre empreendedorismo e crescimento econômico, Audretsch e Thurik (2001) utilizam dados disponibilizados pelo Observatório Europeu, referentes à taxa de crescimento do PIB e ao percentual de participação de empresas de pequeno e médio porte na economia, no período 1990-1994. Por meio desses dados, o autor conclui que o crescimento do papel desempenhado pela atividade empreendedora (mensurado pela participação de pequenas e médias empresas) resultou em maiores taxas de

crescimento para os países estudados (Oeste Europeu) e redução nas taxas de desemprego. Tal conclusão tem importantes implicações para políticas públicas, uma vez que um dos principais objetivos comuns das políticas públicas dos países da OCDE é a promoção do crescimento econômico e, especialmente, a criação de empregos. Um exemplo de uma boa gestão estratégica e dessa mudança de *mindset* acerca da condução de políticas públicas foi o modelo aplicado na Alemanha, em cinco diferentes regiões, tendo como principais objetivos a criação da cultura empreendedora, a comercialização do conhecimento científico e o aumento de *startups* e PME's (AUDRESTCH E THURIK, 2001). As implicações para políticas públicas no Brasil serão tratadas no capítulo 3 deste presente documento.

I.4. A importância da capacitação empreendedora

Como mencionado anteriormente, o empreendedorismo é, primeiramente, um comportamento individual. Essa suposição tem implicações importantes: o comportamento empreendedor requer o desenvolvimento de habilidades e capacidades empreendedoras. Ambos os fatores culturais e institucionais são condições relevantes para o nível de empreendedorismo em uma economia, assim como questões demográficas, tecnologias e o contexto macroeconômico (WENNEKERS E THURIK, 1999).

O modelo abaixo é utilizado pelo autor para esclarecer o papel do empreendedorismo no crescimento econômico ao passo que conecta as principais variáveis para esse fenômeno:

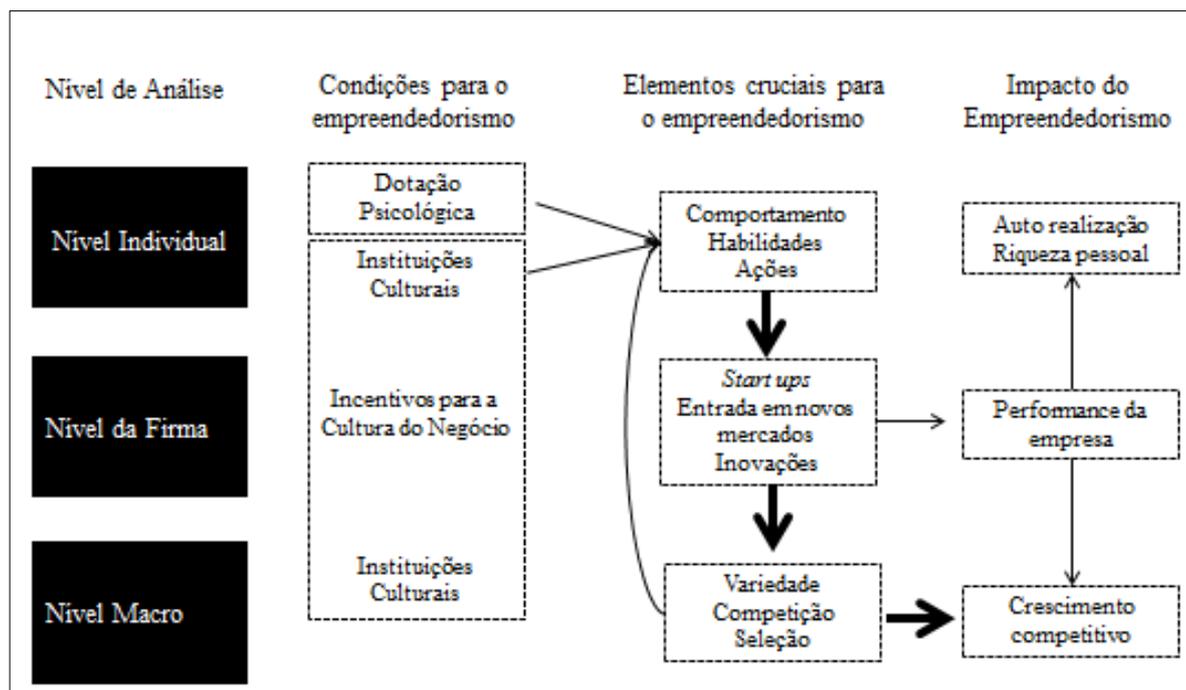


Figura 1–Papel do Empreendedorismo no Crescimento Econômico ³

Como pode ser observado, iniciando o processo no nível individual, diversos fatores influenciam a atividade empreendedora, destacando-se as habilidades e o conhecimento necessários para tal. Todavia, o autor mostra-se reticente para apontar a força de tais determinantes e qual seria a melhor forma para promovê-los. É reconhecido que tanto a cultura como a estrutura institucional são condições relevantes para determinar tanto o nível de empreendedorismo em um país como a forma que os empreendedores operam nessa economia. Somam-se a esses fatores, as questões tecnológicas, demográficas e econômicas. Tentar desvendar o papel do sistema educacional neste contexto é um dos objetivos deste trabalho.

Muitos autores defendem as iniciativas de programas educacionais na promoção de uma cultura mais empreendedora (LA ROVERE ET AL, 2015). Sob este ponto de vista, acredita-se que cultura empreendedora é um fator-chave não apenas na construção de confiança para que as pessoas empreendam, como também exerce o fator de encorajador para que governos desenvolvam políticas de apoio mais efetivas. Acredita-se que o Estado exerce papel bastante relevante na construção de um ecossistema empreendedor na medida em que é capaz de tomar iniciativas e assumir riscos em áreas que não são cobertas pelo setor privado. Todavia, é válido ressaltar que o sucesso de tais medidas similarmente depende de sua

³ Fonte: (WENNEKERS E THURIK,1999)

respectiva coordenação e monitoramento, visto que o comportamento empreendedor é algo mutável.

Processos relacionados à estratégia e à inovação são intrinsecamente processos de aprendizado que harmonizam, por um lado, o conhecimento do agente empreendedor quando inicia a modelagem do negócio e, por outro, o conhecimento adquirido ao longo da trajetória de projeção e lançamento do novo empreendimento no mercado.

Tendo em vista o objetivo desta monografia, faz-se necessário apontar a distinção entre capacitação e formação. Formar não significa capacitar. Enquanto que a formação está relacionada à estrutura de aprendizado que o indivíduo recebe ao longo de sua vida, como por exemplo, a universidade (formação acadêmica), a capacitação engloba um conjunto de conhecimentos específicos de um determinado campo de atividade prática ou intelectual, explorando as habilidades do indivíduo. Neste sentido, a monografia focará em capacitação empreendedora, visto que se refere à tentativa de tornar o indivíduo apto a exercer um objetivo-fim, no caso, o ato de empreender.

Conforme apontado por Manimala (2008) existem seis elementos-chave para a compreensão dos fatores que influenciam o empreendedorismo em um país. São eles:

1. Elementos individuais relacionados à personalidade;
2. Elementos do contexto sociocultural;
3. Políticas e programas de apoio;
4. Acesso a financiamento;
5. Acesso à informação, oportunidades para conhecimento e capacitação;
6. Exposição a mercados globais.

Tendo em vista o objetivo do presente estudo, a análise terá maior ênfase sobre o fator relacionado à capacitação e educação (5). A importância desse fator é notável ao considerarmos o empreendedorismo como forma em si de capacitação do indivíduo para enfrentar os desafios impostos pelo mercado de trabalho. Em um contexto em que a informação e capacitação ocupam papel central no aumento da produtividade neste sistema capitalista informacional, os estudos acerca do empreendedorismo e sua relação com o crescimento econômico colocam em destaque o papel da capacitação empreendedora e o desenvolvimento de um perfil empreendedor.

Segundo informações apresentadas pela OCDE (2008) e corroboradas durante a formulação da Política Nacional de Empreendedorismo e Negócios (PNEN), seis fatores seriam determinantes para o empreendedorismo em um país. São eles:

1. O acesso ao capital;
2. Acesso à pesquisa e desenvolvimento;
3. Qualificação;
4. Ambiente econômico;
5. Marco regulatório;
6. Aspectos culturais.

No Brasil, um estudo realizado durante a formulação da PNEN (Ministério do Desenvolvimento, 2011), destacou, entre outros eixos de análise, o alicerce *educação, capacitação e disseminação* (3). O diagnóstico confirmou a baixa inserção do empreendedorismo nos conteúdos curriculares nos níveis de ensino e colocou como um dos desafios dentro deste tópico, a realização de reforma curricular com inserção de conteúdos voltados ao mercado e ao desenvolvimento do empreendedor.

Nesse mesmo documento, além do Brasil, Estados Unidos, Alemanha, Chile e Itália também foram analisados e no que diz respeito ao eixo educação, pode-se destacar os seguintes tópicos:

- Estados Unidos: forte inserção do empreendedorismo nas universidades e a participação de mais de 30% dos estudantes em programas de empreendedorismo;
- Alemanha: apesar de possuir um alto tempo médio de escolaridade (22,2 anos) - 15 anos a mais que o Brasil - também há uma baixa inserção de conteúdo relacionado ao empreendedorismo nos diferentes níveis de ensino;
- Itália: 17% da população recebe treinamento para iniciar um negócio, mas também apresenta insuficiente educação/ capacitação para o empreendedorismo;
- Chile: apresenta limitado acesso à educação no âmbito das universidades e ensino técnico e apesar de haver iniciativas tanto governamentais como privadas, que oferecem ensino e ferramentas para empreender, seu nível de impacto é reduzido sobre a população.

Em suma, com exceção dos Estados Unidos, atual referência mundial de empreendedorismo voltado à inovação, com uso intensivo de tecnologia, as demais economias, apesar dos diferentes contextos conjunturais, apresentam deficiências semelhantes no que se refere à capacitação empreendedora, o que reforça a importância do estudo acerca desse tema. Além disso, durante a elaboração da PNEN, duas das onze propostas sugeridas para os eixos de análise apresentados anteriormente, abordaram a capacitação empreendedora ao sugerirem a incorporação da cultura empreendedora no ambiente universitário, em todos os

cursos, incluindo mestrados e doutorados com perfil específico e a criação de bolsas de iniciação empreendedora, confirmando a relevância do tema.

Tendo em vista os aspectos expostos nesta seção, nota-se que o estudo acerca do empreendedorismo e da capacidade empreendedora como processo é relevante. Ao longo deste trabalho, serão discutidos com maior detalhe a relevância da inserção da capacitação empreendedora no sistema de ensino brasileiro, com ênfase no estudo de caso de programas implementados no Estado do Rio de Janeiro.

I.5. Considerações Finais

Ao longo deste capítulo foi possível definir o conceito de empreendedorismo que será utilizado pelo presente trabalho assim como apresentar importantes análises empíricas acerca da relação entre tal fator e o crescimento econômico. O empreendedorismo pode ser visto como um veículo gerador de mudança e inovação e, portanto, um condutor para o alastramento do conhecimento.

Diante desses fatos, é válido ressaltar a relevância que o tema possui no atual momento em que, sob o contexto da globalização, as vantagens comparativas dos países estão migrando para atividades econômicas intensivas em conhecimento, não só a importância do empreendedorismo ganha ainda mais destaque, como também o impacto deste fenômeno é a geração de crescimento. Conforme apontado, em estudo realizado pelo Ministério do Desenvolvimento, a educação obteve destaque como importante elemento na construção de um ecossistema mais empreendedor. Esta análise, sobretudo, corroborou a atual baixa inserção do empreendedorismo nos conteúdos curriculares nos níveis de ensino no país, trazendo à tona a necessidade de maior inserção na grade curricular de conteúdos voltados ao mercado e ao desenvolvimento do empreendedor.

Ademais, o tema é importante no que tange à condução de uma nova abordagem das políticas públicas, deixando de lado o tradicional tripé dos instrumentos políticos, baseado na regulação, competição/antitruste e empresas públicas, visando políticas nacionais e regionais, com foco no fomento e *comercialização* do crescimento, no sentido de propiciar o surgimento de novos negócios, além de outras medidas como maior cobertura de linhas de financiamento.

Posto isto, faz-se necessário analisar os principais elementos do ecossistema brasileiro presentes no período de 2003 a 2014 e o como tal contexto colaborou para que o Brasil caminhasse na trajetória de um país reconhecidamente empreendedor (GEM, 2014).

CAPÍTULO II – O ECOSISTEMA EMPREENDEDOR BRASILEIRO

No capítulo anterior foi possível consolidar os conceitos que servirão como diretriz para este trabalho. O presente capítulo tem por objetivo apresentar a visão das principais instituições acerca deste fenômeno, um breve resumo do cenário macroeconômico brasileiro no período de 2003 a 2014 e analisar os principais fatores do ecossistema empreendedor brasileiro.

Em todos os países do mundo, existem oportunidades para o desenvolvimento e crescimento. No entanto, a concretização dessas oportunidades depende de uma série de diferentes fatores, tais como características individuais (talentos únicos, habilidades técnicas), aspectos culturais e institucionais (acesso ao crédito, sistema educacional, investimentos em pesquisa, programas governamentais, infraestrutura, entre outros). Todos esses fatores somados oferecem a criação de um ambiente favorável ao surgimento de novos negócios. Tendo em vista o alicerce formado pelos quatro agentes principais deste ambiente, a saber, governo, universidades, empresas e sociedade, essa pesquisa se esforçará para analisar o impacto de ações governamentais, isto é, das políticas públicas e de interesse público aplicadas especialmente no período de 2003 a 2014 sobre o fomento da atividade empreendedora no Brasil.

Parte-se do pressuposto que o crescimento econômico é resultado de fatores endógenos e, por isso, alterações nas políticas de governo seriam capazes de elevar a taxa de crescimento da economia (talvez não de forma permanente).

A importância do empreendedorismo para o Brasil é reforçada ao analisar-se o Plano Brasil Maior. Tal plano constituiu uma das principais medidas de política industrial, tecnológica e de comércio exterior do governo federal. Ao analisar o Plano Brasil Maior, é possível verificar que o empreendedorismo pode ser considerado como uma condicionante ou um resultado, ou ambos, de cada uma das dez metas do Plano. Tal relevância é ilustrada na figura 2. O plano Brasil Maior será explorado no capítulo 3 deste documento, quando serão abordadas as políticas públicas e suas responsabilidades no desenvolvimento de programas visando a capacitação empreendedora.

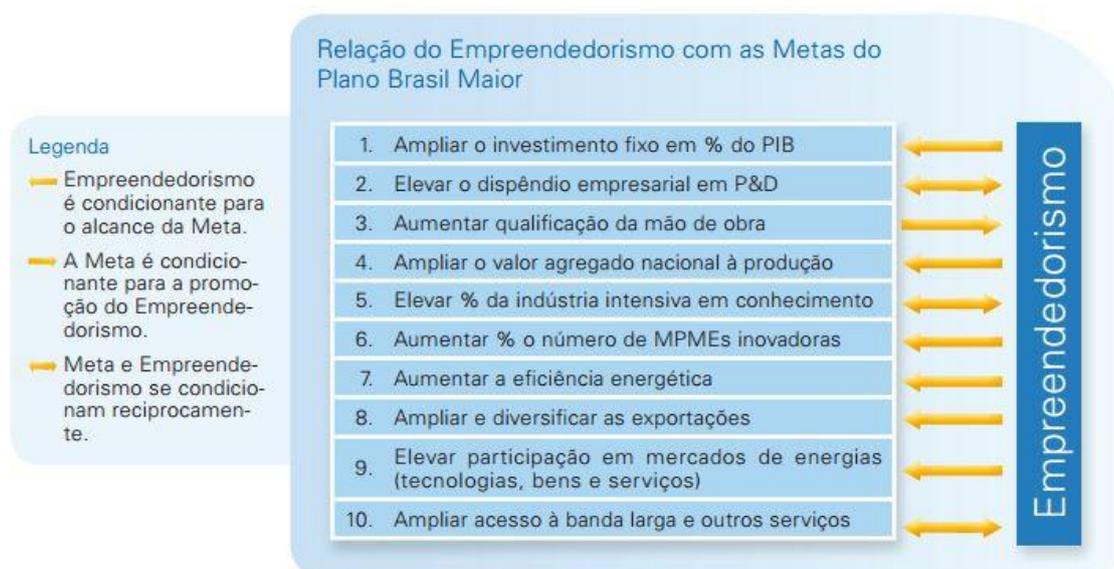


Figura 2 - Relação do Empreendedorismo com as Metas do Plano Brasil Maior⁴

II.1. Visão dos Organismos Internacionais (GEM& OCDE)

Como dito anteriormente, o conceito de empreendedorismo pode parecer de certa forma evasivo. Tendo em vista o foco em relação ao ecossistema empreendedor brasileiro, como é possível mensurar o empreendedorismo por meio de certo padrão aplicável em diferentes países tendo em vista as inúmeras facetas deste fenômeno? É possível criar um padrão de indicadores que possa ser utilizado para comparação da atividade empreendedora em diversas economias?

A partir de 2006, a OCDE iniciou um programa de compilação e publicação de indicadores relacionados à atividade empreendedora, por meio de dados divulgados pelo governo dos respectivos países. A intenção da publicação anual *Entrepreneurship at a Glance* é suportar a construção de políticas e programas voltados para o fomento do empreendedorismo, deixando clara a sua contribuição para inovação, emprego e crescimento. Conforme afirmado pela instituição (OCDE, 2008), governos de diferentes nações entendem o empreendedorismo como algo indispensável para preservar a viabilidade e a competitividade da competição econômica dos países. A OCDE reconhece, todavia, a dificuldade de criar um indicador único, dada a característica multifacetada do empreendedorismo. Dentre os

⁴Fonte: Plano Brasil Maior, 2011.

sugeridos, consta aquele relacionado à criação de novas empresas, que será o foco do presente estudo, conforme já mencionado.

Segundo *Entrepreneurship at a Glance*, o empreendedorismo seria influenciado pelos seis macro fatores destacados abaixo:

1. Marco regulatório, que abrange certas variáveis como encargos administrativos para a abertura e encerramento do negócio.
2. Condições do mercado, que envolve elementos relacionados ao acesso ao Mercado externo e nível de envolvimento do governo.
3. Acesso ao crédito, que abarca os fatores pertinentes ao acesso ao financiamento e *venture capital*.
4. Criação e difusão de conhecimento, que abrange investimento em pesquisa e inovação, interface entre indústria e universidades e difusão tecnológica.
5. Capacidades empreendedoras, que envolve treinamentos e experiência dos indivíduos, assim como educação empreendedora para desenvolvimento das competências necessárias.
6. Cultura, que abarca fatores relacionados à forma como a carreira empreendedora e a tomada de riscos é vista dentro de uma determinada sociedade, bem como o desenvolvimento de um *mindset* empreendedor.

Notadamente, a educação e o desenvolvimento de capacitação empreendedora é fundamental para a construção de um ambiente empreendedor, estando presente em três dos seis macro elementos influenciadores desse ecossistema segundo a instituição.

É importante destacar outro estudo com respaldo internacional sobre este tema. A partir de 1999, *The Global Entrepreneurship Monitor (GEM)* foi criado como uma iniciativa conjunta de pesquisa entre Babson College e London Business School, com o objetivo inicial de aprofundar a complexa análise entre empreendedorismo e crescimento econômico. Preliminarmente, o estudo teve ênfase nos países pertencentes ao G7 na época e, com o passar dos anos, um número cada vez maior de nações participou da pesquisa, atingindo 73 diferentes economias na última edição publicada em 2015, representando 72,4% da população mundial e 90% do PIB mundial.

Para mensurar a taxa de empreendedorismo em um país, o consórcio da pesquisa criou o índice *Total Entrepreneurial Activity (TEA)*, que leva em consideração os indivíduos entre 18 e 64 anos, que se encontram no início do processo de criação de uma empresa (*start up*) ou já estão gerenciando seu novo negócio.

Desde 2003, de acordo com dados apresentados pelo *GEM*, o Brasil figurava entre os países mais ativos em termos de atividade empreendedora, juntamente com China, Índia e México, na frente de importantes *players* como Estados Unidos, Reino Unido, Canada e França, mas ainda atrás de economias como Coreia do Sul, Nova Zelândia, Uganda e Venezuela. Nos últimos anos, o país ganhou destaque neste contexto e segundo informações desse mesmo relatório, o Brasil aparece atualmente no topo do ranking mundial de empreendedorismo, lista que contempla um total de 73 economias.

II.2. Contexto Macroeconômico Brasileiro no Período 2003 -2014 e Sua Relação com o Empreendedorismo

Ao analisar o período de 2003 - 2014, com exceção do último ano, nota-se um desempenho econômico destacado frente às demais economias mundiais e que levou o país a ocupar a sétima posição no ranking mundial⁵. Conforme o gráfico 1 abaixo, é possível confirmar o crescimento consolidado do Produto Interno Bruto do país no período entre 2003 a 2014, apresentando um número negativo apenas no ano subsequente à crise mundial de 2008, que impactou, em diferentes níveis, todos os países do globo. Notadamente, entre os anos de 2007 a 2010, o crescimento brasileiro ficou acima da taxa mundial. Por sua vez, a partir de 2011, o país começou a apresentar crescimento abaixo da economia mundial, cenário que perdurou em 2015 e, segundo projeções, irá permanecer em 2016.

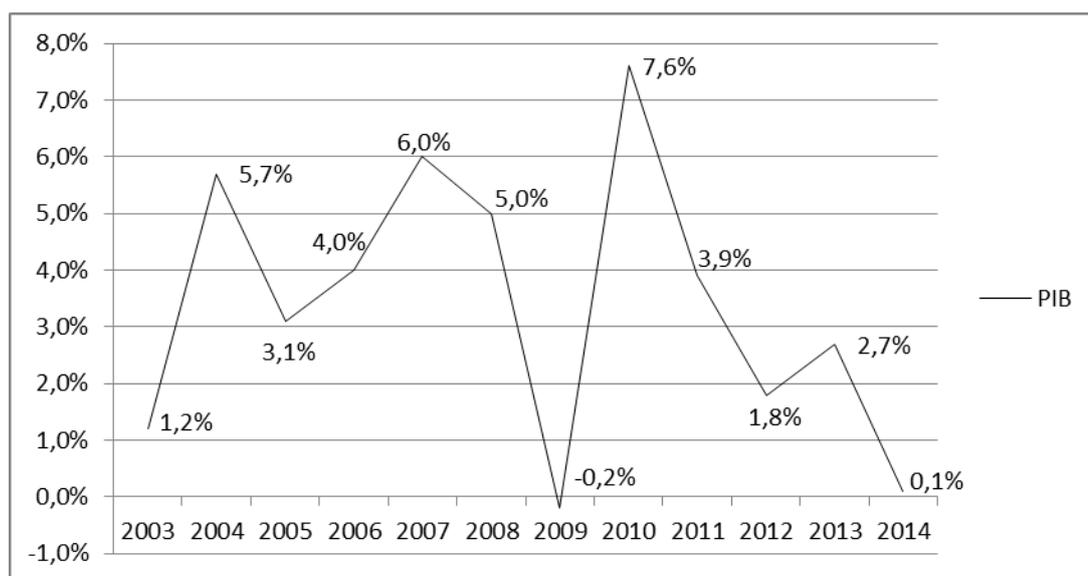


Gráfico 1- Taxa de Crescimento do PIB (2003 – 2014).⁶

⁵ Fonte : Banco Mundial, 2014.

⁶Fonte: IBGE. Disponível em www.ibge.gov.br

No que diz respeito à evolução de criação de postos de trabalho ao longo do período 2003 – 2014 segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS/MTE), nota-se que o crescimento mais acentuado de número de empregos em termos absolutos ocorreu nos anos 2007, 2010 e 2011, com incremento de mais de 2 milhões de novos postos de emprego formal (ver gráfico 2).

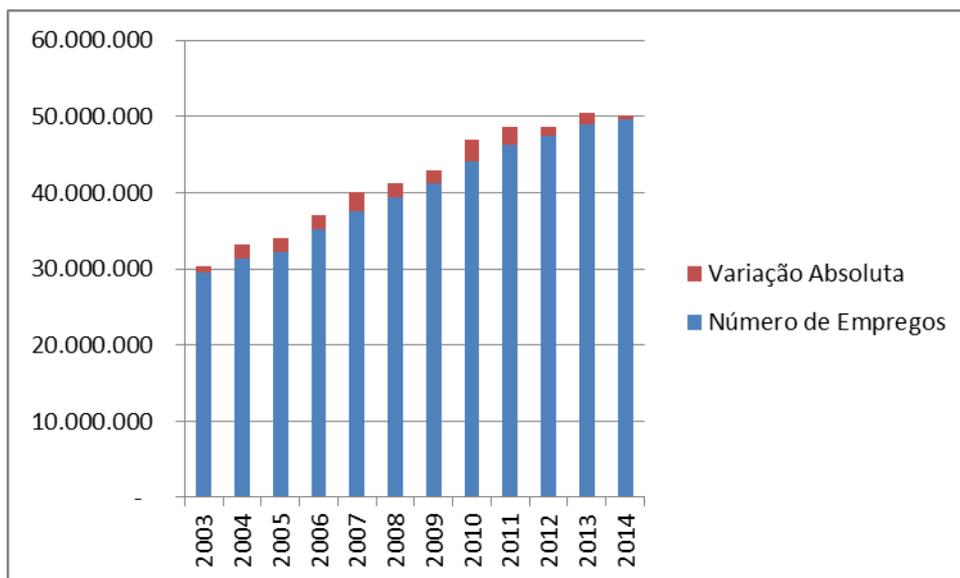


Gráfico 2- Brasil - Número de Empregos e Variação Absoluta⁷

É válido ressaltar que esta trajetória expansão consistente ao longo de uma década contribuiu para a redução da taxa de desemprego no país, conforme apresentado no gráfico 3.

⁷Fonte: RAIS/MTE



Gráfico 3- Taxa de Desemprego em %.⁸

Conforme gráfico acima, a redução da taxa de desemprego também contribuiu para a formação de um cenário favorável, chegando a 4,7% em dezembro de 2011, apesar da inflexão desse índice no ano de 2015, ultrapassando 8%. As baixas taxas de desemprego propiciam uma redução do risco da atividade empreendedora, uma vez que em um mercado de trabalho aquecido existe uma alta expectativa de retorno, em caso de fracasso do negócio. Por sua vez, em um cenário com alta taxa de desemprego, a capacidade de empreender passa a ser, em alguns casos, uma competência que inevitavelmente deverá ser desenvolvida, contribuindo para o surgimento do empreendedorismo por sobrevivência.

Outro fator pertinente que caracteriza esse contexto de dinamismo da economia brasileira durante o período analisado é a inclusão de segmentos da população que viviam à margem do desenvolvimento econômico, promovida principalmente graças ao aumento do salário mínimo e aos programas assistencialistas de distribuição de renda. Como exemplo dessa tendência, pode-se destacar o índice que aponta queda nas diferenças de renda familiar per capita presente na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio em 2014. Conforme relatório, o índice foi de 0,527 em 2011 para 0,524 em 2012 e 0,522 em 2013. Quanto mais próximo de 1 mais desigual e, portanto, a redução do índice é um fruto positivo para o Brasil.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD de 2014 aponta que continua a tendência de redução da desigualdade de renda. Considerando uma linha de pobreza de ½ salário mínimo de 2009, o percentual de famílias na pobreza caiu de 46,5%, em 1995, para

⁸Fonte: Ipeadata. Disponível em www.ipeadata.gov.br

29,2%, em 2009, tendo alcançado 32,0% em 2008. Não apenas há menos pobres, como as pessoas que ainda o são, são menos pobres (IPEA/PNAD 2009).

Diante desse cenário, o estudo acerca do empreendedorismo mostra-se relevante, pois, a partir da análise do tema, há uma série interessante de desdobramentos que podem ser direcionadores de programas e políticas nacionais, não somente públicos, como também parcerias público-privadas dentro do chamado sistema híbrido - que será discutido posteriormente neste documento - e até mesmo iniciativas privadas. Ao entender a população empreendedora e seus diferentes aspectos, como por exemplo, quantos indivíduos, em quais setores da economia, qual a quantia inicial de investimento necessária, é possível desenhar iniciativas mais assertivas no sentido de promover um ecossistema empreendedor mais eficiente e, de fato, inspirador, que promova o crescimento, maior geração de empregos e renda.

Conforme visto no capítulo 1, uma das principais formas de manifestação do empreendedorismo é a criação de novas empresas, mensurada pelo índice de pequenas e médias empresas de um país. Seguindo esta linha de pensamento, deve-se analisar os números referentes ao Brasil.

Sabe-se que atualmente, existem nove milhões de Micro e Pequenas Empresas no país, o que representa mais da metade dos empregos formais no Brasil, conforme dados apresentados pelo SEBRAE (2014). Para classificar uma empresa em uma categoria entre micro, pequena, média e grande, pode-se utilizar como critério tanto o número de pessoas empregadas como a receita auferida. As empresas são classificadas como de micro e pequeno porte, conforme tenham receita de até R\$ 3.6000.000,00 anuais. O critério utilizado pela instituição relacionado ao número de funcionários pode ser visto na figura 3 abaixo.

Porte	Atividades Econômicas	
	Serviços e Comércio	Indústria
Microempresa	Até 09 pessoas ocupadas	Até 19 pessoas ocupadas
Pequena empresa	De 10 a 49 pessoas ocupadas	De 20 a 99 pessoas ocupadas
Média empresa	De 50 a 99 pessoas ocupadas	De 100 a 499 pessoas ocupadas
Grande empresa	Acima de 100 pessoas	Acima de 500 pessoas

Figura 3 - Critério de classificação do porte das empresas por pessoas ocupadas.⁹

Conforme SEBRAE (2014) nota-se o aumento da participação de pequenos negócios no PIB brasileiro na geração de valor adicionado total, “*que corresponde à produção das diversas atividades econômicas, valoradas à preço básico, ou seja, excluindo-se o valor dos impostos sobre produtos, margens de distribuição*”. Tal índice é utilizado para mensurar a parcela atribuída pelos diferentes setores da atividade econômica¹⁰ à construção do Produto Interno Bruto. Em 1985, essa taxa era estimada em 21%, passando para 23,2% em 2001 e alcançando 27% em 2011, conforme dados apresentados pela instituição. Essa proporção pode variar conforme o setor econômico analisado: enquanto no comércio pequenos empreendimentos já respondem por 53,4% pelo valor adicional gerado; no setor de serviços essa taxa cai para 36,3% e na indústria o valor é um pouco mais modesto, porém ainda assim expressivo (22,5%). No período de 2009 a 2011, o valor agregado das MPEs na economia nacional cresceu de R\$ 445 bilhões para R\$ 599 bilhões. Estima-se que no biênio 2012-2013, esses números tenham sido R\$ 631 bilhões e R\$ 696 bilhões, evolução que apresenta um crescimento médio anual acima de 11%.

Como explicado no capítulo 1, a criação de empresas é um dos principais meios de realização do empreendedorismo. Conforme já observado, uma das formas de manifestação do empreendedorismo é a taxa de criação de pequenas e médias empresas na economia. Seguindo esta linha de raciocínio, o atual trabalho utilizou este parâmetro como uma forma de mensuração da atividade empreendedora. Como pode ser visto nesta seção, as Micro e Pequenas Empresas (MPE) ao longo dos últimos anos conquistaram progressivamente sua importância no espaço econômico nacional. Esta parcela aumentou tanto no setor de comércio

⁹Fonte: SEBRAE, 2014.

¹⁰ Entende-se por setor de atividade econômica a definição utilizada pelo IBGE, em que faz a divisão entre Agropecuária, Indústria e Serviços. Por sua vez, esses setores possuem suas respectivas subdivisões.

como no setor de serviços, apresentando uma leve redução no que se refere ao setor industrial, tendo em vista a forte presença de empresas de médio e grande porte, que usufruem da vantagem das economias de escala. Tais dados corroboram a importância de programas focalizados tanto para o contínuo fomento como na qualificação desses empreendedores, visando a formalização cada vez maior de tal atividade.

II.3. Evolução do Empreendedorismo no Brasil 2003 - 2014

Em 10 anos, a taxa de empreendedorismo brasileiro mensurada pelo GEM saltou de 21,4%, para 34,5% (considerando brasileiros adultos entre 18 e 64 anos possuem uma empresa ou estão envolvidos com a criação de um negócio próprio). O aspecto motivacional relacionado à abertura do negócio constituiu importante fator na análise do contexto empreendedor. É possível listar um incontável número de justificativas que levam o indivíduo a criar sua empresa, mas é um consenso entre os pesquisadores a divisão dessas motivações em dois grupos básicos: (i) necessidade (ou também conhecida como empreendedorismo para sobrevivência), isto é, o empreendedor não possui melhor fonte de renda para seu núcleo familiar a não ser abrir seu próprio negócio; ou por (ii) oportunidade, quando o indivíduo opta por abrir um novo empreendimento mesmo possuindo outras fontes de renda.

Enquanto o empreendedorismo por necessidade é mais vulnerável à conjuntura econômica de um país e tende a diminuir quando a oferta de emprego é maior, o empreendedorismo por oportunidade está mais suscetível ao sucesso, podendo ter grande impacto sobre o crescimento econômico dos países. As economias que apresentam maior razão entre oportunidade e necessidade são aquelas que também possuem maior grau de desenvolvimento econômico. Além disso, o empreendedorismo por necessidade apresenta um grau de inovação menor em relação ao empreendedorismo por oportunidade.

É notável o aumento do empreendedorismo por oportunidade *versus* o empreendedorismo por necessidade, conforme dados publicados pelo GEM (2014). De acordo com esse estudo, 71% dos empreendedores brasileiros são motivados pela oportunidade de negócio e não pela necessidade; 55,5% dos entrevistados acreditam que existe uma oportunidade para iniciar um negócio em até 6 meses, enquanto que 50% acreditam que eles possuem as capacidades individuais (competências, conhecimento e experiências) para esse *start up*; 24,5% esperam abrir um negócio nos próximos 3 anos.

Enquanto a percepção do indivíduo em relação às oportunidades aumentou 19% no período 2009-2014, o percentual dos indivíduos que acreditam possuírem as habilidades e o conhecimento necessários para iniciarem um negócio manteve-se mais estável, atingindo 57% em 2010. Com o objetivo de fomentar cada vez o empreendedorismo por oportunidade especialistas do SEBRAE tem como principal recomendação o aumento dos esforços na educação e na capacitação dos indivíduos, incluindo mais disciplinas de empreendedorismo em todos os níveis de ensino.

Em *Entrepreneurship at a Glance*(2014), defende-se que o empreendedorismo pode igualmente ser uma ferramenta para redução da pobreza, uma vez que representa uma nova fonte de renda. Estudos empíricos ainda são escassos em relação a esse aspecto, mas um dado que lança luz sobre o tópico foi divulgado no início de 2015: 40% dos 12,3 milhões de moradores de comunidades brasileiras desejam abrir seu próprio negócio. Pesquisa realizada pelo Instituto Data Favela, com o apoio do Instituto Data Popular e da Central Única das Favelas, mostrou que 48% dessas pessoas estariam motivadas pela oportunidade, enquanto 16% teriam como motivações ambas as oportunidade e necessidade e 34% teriam como motivação apenas a necessidade. O estudo foi realizado com 2 mil moradores de 63 comunidades localizadas em nove regiões metropolitanas (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Curitiba, Porto Alegre e Brasília) e no Distrito Federal.

O medo de falhar pode influenciar de forma negativa a taxa de empreendedorismo, mas a correlação não é demasiadamente forte (GEM, 2014). Por sua vez, existe forte correlação entre percepção das capacidades empreendedoras e a TEA, de modo geral entre os países, indicando como todas as formas de educação são importantes no desenvolvimento das competências empreendedoras, conforme o mesmo estudo.

Além disso, o estudo (GEM, 2014) apresenta basicamente o mesmo quadro de elementos favoráveis ao ecossistema empreendedor defendido pela OCDE, organizados de forma semelhante, como pode ser visto abaixo:

1. Finanças: disponibilidade de recursos para pequenas e médias empresas;
2. Políticas governamentais: políticas públicas de apoio ao empreendedorismo, tendo como desdobramento os componentes abaixo:
 - a) O empreendedorismo como uma questão econômica relevante;
 - b) Taxas e regulações que sejam neutras ou incentivem novas pequenas e médias empresas.

3. Programas de Empreendedorismo Governamentais: assistência direta às PMEs em todos os níveis de governo (municipal, estadual e nacional).
4. Educação empreendedora, sendo desdobrada em:
 - a) Empreendedorismo no nível básico;
 - b) Empreendedorismo no nível superior.
5. Pesquisa e Desenvolvimento, analisando em que medida P&D no país levará ao surgimento de novas oportunidades para PMEs;
6. Infraestrutura comercial e jurídica;
7. Regulamentação para o surgimento de novos negócios, possuindo 2 componentes:
 - a) A dinâmica do mercado, isto é, nível de mudança de mercado de ano para ano;
 - b) A abertura do mercado, isto é, em que medida novas empresas são livres para entrar nos mercados existentes.
8. Infraestrutura física, ou seja, facilidade de acesso a recursos como comunicação, transporte, serviços públicos.
9. Cultura e normas sociais, isto é, em que medida a cultura incentiva ou desestimula o desenvolvimento de uma postura empreendedora.

Todos os 73 países participantes da pesquisa em 2014 foram avaliados conforme esses critérios-chave com base em uma escala de 1 a 5. Como pode ser observado pelo quadro na figura 4, o Brasil apresentou nos critérios 4a e 4b (relacionados à educação empreendedora) notas inferiores às apresentadas na América Latina e Caribe. Vale ressaltar ainda que o critério 4a representou a segunda pior nota dentre os 12 critérios avaliados no país. Tal cenário corrobora ao mesmo tempo a importância que a educação empreendedora possui em um ecossistema favorável ao surgimento de novos negócios e como tal fator possui relevância no contexto brasileiro.

Critério	Nota GEM 2014	Média América Latina e Caribe
1	2,46	2,20
2a	2,40	2,35
2b	1,46	2,15
3	2,24	2,51
4a	1,48	1,86
4b	2,54	2,98
5	2,00	2,13
6	2,50	2,79
7a	3,36	2,59
7b	2,24	2,50
8	2,53	3,56
9	2,36	2,79

Figura 4 - Quadro com critérioschave para ecossistemaempreendedor.¹¹

Em termos de regulamentação e formalização empresarial, é possível destacar a criação da figura jurídica do Microempreendedor Individual (MEI) em 2009. Desde então, de acordo com dados do Governo Federal¹², o total de microempreendedores individuais no país saltou de pouco mais de 44 mil cadastros até mais de 5,5 milhões (ver gráfico 4). Tal medida foi um importante avanço no que se refere à legalização de inúmeros empreendimentos no Brasil, além de ampliar a base de arrecadação fiscal e previdenciária.

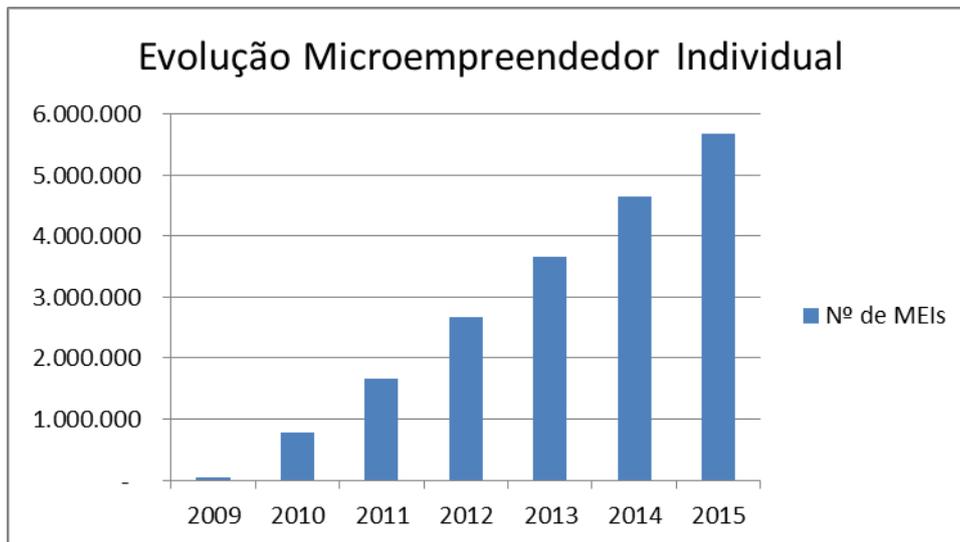


Gráfico 4- Evolução no número de MEIs (Brasil)

¹¹Fonte: GEM 2014.

¹² Fonte: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/estatistica>.

II.4. Considerações Finais

O segundo capítulo deste trabalho teve como objetivo apresentar a visão das principais instituições sobre o empreendedorismo, bem como um breve resumo do cenário macroeconômico brasileiro no período de 2003 a 2014 e analisar os principais fatores do ecossistema empreendedor brasileiro. Conforme visto, instituições como OECD e GEM defendem, entre outros fatores, a formação empreendedora como importante pilar na construção de um ecossistema empreendedor.

Conforme indicadores desenvolvidos pelo GEM, o Brasil se situa entre os países mais empreendedores do mundo. O período em que o país enfrentou taxas consistentes de crescimento do PIB e baixa taxa de desemprego contribuiu para o crescimento do empreendedorismo por oportunidade em detrimento do empreendedorismo por necessidade. Por sua vez, a piora do quadro econômico nos anos mais recentes pode favorecer o surgimento de empreendimentos por necessidade, tendo em vista a necessidade causada pelo desemprego, algo que ainda não é possível corroborar esta afirmação com dados.

É notável o crescimento da participação de Micro e Pequenas Empresas na economia brasileira, que ao longo dos últimos anos tiveram trajetória ascendente em relação ao valor adicionado dessas atividades ao Produto Interno Bruto do país. Conforme suportado anteriormente, considera-se a abertura de novos negócios como importante indicador da atividade empreendedora em determinada região. Ademais, é notável a concentração dessas empresas no setor de serviço e comércio, importante análise quando se verifica a alta dependência do dinamismo econômico fluminense em relação à atividade extrativa mineral. Tendo em vista o papel do empreendedorismo no contexto nacional e regional, acredita-se que é possível via MPEs desenvolver uma estrutura econômica e produtiva e menos dependente do extrativismo mineral. Para isso, é necessária a união de diferentes iniciativas, sejam elas públicas ou privadas no fomento da capacitação empreendedora, um dos principais pilares no desenvolvimento de um ambiente favorável ao surgimento de novos negócios. A participação de diferentes atores na construção desse cenário será melhor discutida no capítulo 3.

CAPÍTULO III – POLÍTICAS PÚBLICAS E DE INTERESSE PÚBLICO E SUA IMPORTÂNCIA NO CONTEXTO EMPREENDEDOR BRASILEIRO

Ao longo dos capítulos I e II, foi possível revisar os conceitos de empreendedorismo, estudos anteriores que apontam a ligação entre este fator e crescimento econômico assim como a interdependência entre capacitação empreendedora e empreendedorismo e os elementos favoráveis ao surgimento de novos negócios no país. Um dos principais desafios no que tange o estudo de políticas públicas é torná-lo uma análise multidisciplinar, mesclando teoria e prática, discussões conceituais e análises empíricas, algo que hoje em dia não é consolidado.

Tendo em vista o atual contexto socioeconômico e político brasileiro explicitado no capítulo II deste trabalho, faz-se necessário reforçar a importância da existência de um programa voltado para o fomento do empreendedorismo, tendo como base a capacitação empreendedora. Diante de um cenário marcado por diversas oportunidades para o surgimento de novos negócios, como por exemplo, o aumento da taxa de empreendedores e o crescimento do empreendedorismo por oportunidade, qual seria o papel de um programa de capacitação empreendedora no apoio ao empreendedorismo?

Com o intuito de apresentar o diagnóstico acerca de políticas públicas implementadas no período de 2003 a 2014 destinadas ao desenvolvimento da atividade empreendedora no Brasil, o intuito do capítulo 3 é analisar os conceitos tanto de política pública como política de interesse público, como ocorre sua formulação, além de apresentar os fatores direcionadores da principal política pública de apoio ao empreendedorismo no país (*Política Nacional de Empreendedorismo e Negócio- PNEN*) aplicada em 2012 e a formulação da iniciativa de interesse público conduzido pelo Instituto Euvaldo Lodi, uma iniciativa da Confederação Nacional da Indústria, união que foi fundamental para o surgimento do programa “Meu Futuro Negócio”, caso que será melhor apresentado no capítulo 4. Ademais, a partir dessas definições conceituais, objetiva-se analisar os principais focos de concentração das iniciativas públicas no fomento ao empreendedorismo, sejam eles linhas de financiamento de crédito, otimizações burocráticas e tributárias para o empreendedor ou capacitação empreendedora, que é o cerne deste trabalho.

III.1. Definindo política pública e política de interesse público

Ao fazer uma breve recapitulação, pode-se apontar que o interesse em relação ao estudo de política pública como tópico de pesquisa começou na década de 1950 com o trabalho de Harold Lasswell e Daniel Lerner, *The Policy Science: Recent Developments in Scope and Method*, publicado em 1951, conforme apontado em Lima (2012). A perspectiva pública de uma política está presente na sua característica jurídica imperativa, dessa forma, política pública envolveria a associação de decisões relacionadas a um objetivo para um bem público (RUA, 2009). Em Lima (2012), tem-se que política pública é definida pela alocação de valores para a toda a sociedade.

Pela ótica da abordagem estatista, a definição para política pública presente em Coelho (2009) propõe uma interessante reflexão na medida em que traz o conceito de que tais políticas seriam processos decisórios voltados para os interesses da sociedade, com o objetivo de oferecer elucidação para questões coletivas, sendo, por sua natureza, uma responsabilidade governamental, apesar de não ser uma iniciativa única e exclusivamente do governo.

Por sua vez, sob uma perspectiva multicêntrica, conforme apresentado em Secchi (2010), é notável que elementos não estatais possuam influência na formulação de políticas públicas, mas está fora de seu alcance o estabelecimento e a liderança desses processos, o que seria a principal diferença quando se compara políticas públicas e políticas de interesse público. Segundo o autor,

A distinção entre esfera pública e esfera privada faz mais sentido que a distinção entre esfera estatal e esfera não estatal. O papel do Estado varia em cada país, e muda constantemente dentro de um mesmo país. Estão cada vez mais evidentes as mudanças no papel do Estado moderno e o rompimento das barreiras entre esferas estatais e não estatais na solução de problemas coletivos, tais como tráfico internacional de drogas, o combate à fome, às mudanças climáticas, e as doenças infectocontagiosas. Uma pluralidade de atores protagoniza o enfrentamento dos problemas públicos. (SECCHI, 2010, pag. 4)

Conforme apresentado em Lima (2012), o fator primordial na definição de política pública não seria o meio, isto é, o formulador da política, mas sim a origem da questão a ser resolvida. Dessa forma, uma política pode ser caracterizada como pública caso o problema seja público. Por essa ótica, instituições privadas, organizações não governamentais, assim como entidades em companhia com o governo, seriam protagonistas na implantação das políticas públicas (SECCHI, 2010). Tal concepção está intelectualmente alinhada à tese defendida Lima (2012). Para o autor, a formulação e o estabelecimento de política pública deve possuir um tratamento multicêntrico, uma vez que instituições governamentais não

seriam as únicas a servir à comunidade política, ou seja, a ministrar o campo das políticas públicas.

A perspectiva multicêntrica de uma política pública está conceitualmente alinhada a uma política de interesse público. Para definir o que seria uma política de interesse público, faz-se necessário conceituar interesse público. O interesse público é o interesse da sociedade, do povo, do coletivo social como um todo. É notável que tal conceito permaneça indeterminado, extremamente subjetivo e por isso mesmo abrangente. Torna-se árduo definir qual seria o interesse da coletividade composta por incontáveis interesses individuais. Dessa forma, percebe-se que tal conceito pode variar conforme o contexto social, político e econômico vivido por uma nação. Algo que poderia ser de interesse público no início do século XX, momento em que o país vivia um novo regime político, a abolição da escravidão, avanço tecnológico com a presença da luz elétrica, poderia não fazer o mesmo sentido no momento atual que vivemos e muito provavelmente, algumas iniciativas de interesse público de agora não o farão no próximo século. É importante enfatizar que o princípio do interesse público não deve ser confundido com o interesse da administração pública, cabendo o primeiro atender às demandas da coletividade, visando à promoção do bem social para o maior número possível de indivíduos.

III.2. Os desafios da política pública e da política de interesse público e as ações aplicadas no período 2003-2014

Ao analisar o histórico de políticas públicas na promoção do desenvolvimento do país a partir de 2003, nota-se a adoção de uma postura mais ativa do Estado brasileiro na aplicação de políticas de cunho industrial (Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior, de 2004; a Política de Desenvolvimento Produtivo, de 2008; e o Plano Brasil Maior, de 2011) e a elaboração de programas de investimentos com o intuito de promover o crescimento econômico. Como mostrado no capítulo 2 deste trabalho, o país de fato passou por um período de crescimento significativo entre 2003 a 2009 e também experimentou um crescimento importante no número de microempreendedores individuais.

Uma importante característica brasileira que reforça a importância do papel de políticas públicas são as assimetrias regionais e municipais no país. Segundo informações do Censo 2010 realizado pelo IBGE, 70% dos municípios brasileiros possuem menos de 20 mil habitantes, onde vive 18% da população. De um total de mais de cinco mil municípios, 253 concentram 50% da população e em apenas 14 deles vivem 20% dos habitantes. A mesma análise mostra que 80% da população brasileira vivem em área urbana. Tais indicadores

corroboram o importante papel que os arranjos institucionais tem a desempenhar nesse contexto, promovendo reformas que desobstruam as barreiras para o desenvolvimento dos negócios e, ao mesmo tempo, estimulem a tendência ao empreendedorismo apresentada em cada região, auxiliando a impulsionar desenvolvimento sustentável brasileiro. Usando o conceito elaborado por North (1991, p.7), *arranjo institucional* pode ser definido como “conjunto de regras que governa a forma pela qual agentes econômicos podem cooperar e/ou competir.”

Estudo realizado pela OCDE (2012), destaca o baixo nível de coordenação entre os diferentes setores econômicos e a incongruência entre a formulação e a implementação das políticas como os principais desafios a serem enfrentados pelos países da América Latina no que tange ao planejamento dessas políticas, realidade que também se faz presente no contexto brasileiro. Tais fatores se traduzem, na prática, em políticas inconsistentes e incoerentes, com dispêndio ineficiente de verba pública e não atingimento das metas propostas e resolução do problema inicial em questão. A instituição é enfática ao afirmar que é necessário melhorar a coordenação de recursos e esforços para suportar crescimento “*sustentado e equitativo*”. O mesmo documento apresenta um cenário de inflexão que esses países estariam passando no sentido de ter um processo de formulação menos político e clientelista e mais técnico, com as aspirações do cidadão no cerne do problema. Esse contexto corrobora a relevância do envolvimento de instituições de diversas naturezas (sejam elas públicas ou privadas) na governança de programas de interesse público, uma vez que tais estruturas tenderiam a formar uma proposta mais plural, permitindo potencializar o alcance dos mesmos, dadas as diferentes expertises dos diversos atores desse ecossistema.

Na primeira década do século XXI, é notável que o Brasil direcionou o seu processo de desenvolvimento a partir de políticas que tiveram como objetivo harmonizar crescimento econômico com redução das desigualdades sociais, buscando avançar na progressão tecnológica, permitindo a construção de uma economia com perfil de alta competitividade.

No que se refere à tentativa de criação de um ambiente socioeconômico, político e tecnológico favorável à criação e ao desenvolvimento de empreendimentos sustentáveis, é possível apontar uma tendência inicial do governo de simplificar o ambiente tributário brasileiro, conforme Figura 5.

Leis e Decretos	Finalidade
Lei Complementar nº 123/2006 - (Lei Geral da Micro e Pequena Empresa)	Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, também conhecido como a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa.
Lei nº 11.598/2007	Cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - REDESIM e estabelece normas gerais para a simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas.
Lei Complementar nº 128/2008	Cria a figura do Microempreendedor Individual - MEI e modifica partes da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa - Lei Complementar 123/2006.
Decreto nº 6.884/2009	Cria o Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - CGSIM.
Lei Complementar nº 139/2011	Altera o limite de faturamento do MEI para até R\$ 60.000,00 e modifica partes da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa - Lei Complementar 123/2006.
Lei Complementar nº 147/2014	Altera Lei Complementar nº 123/2006, com Simplificação de processos e procedimentos, impede o aumento de IPTU, cobranças de taxas diversas e normatiza o processo cobranças de taxas associativas para o MEI, bem como modifica partes da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa - Lei Complementar 123/2006.

Figura 5 – Leis e Decretos sobre simplificação tributária e Respetivas Finalidades.¹³

Todavia, até 2011, não era possível afirmar que o Brasil possuía uma política nacional de fomento ao empreendedorismo, ano em que foi lançado o programa do governo federal que traçava uma nova estratégia para industrial. Essa tendência observada nos anos anteriores serviu como base para a formulação do Plano Brasil Maior¹⁴, política industrial, tecnológica, de serviços e de comércio exterior para o período de 2011 a 2015. Sob o lema “*Inovar para Competir*”, o Plano, lançado em agosto de 2011, objetivava a mobilização de fatores produtivos visando à inovação e dinamização econômica, integrando diversas instituições e órgãos, unindo iniciativas públicas e privadas em um esforço amplo e conjunto de geração de emprego e renda.

Tendo em vista tal contexto, deve-se compreender, conforme citado em Elementos Estruturantes de uma Política Nacional de Empreendedorismo e Negócios (PNEN), (2012):

Uma política nacional de empreendedorismo como a coordenação dos esforços governamentais para promover o empreendedorismo empresarial em suas diversas facetas, no âmbito de uma política pública mais abrangente, definida pelo Plano Brasil Maior (PNEN, 2012, pag. 12).

¹³Fonte: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/legislacao/leis-e-decretos>

¹⁴Disponível em www.brasilmaior.mdic.gov.br

Formulada em 2012, seguindo as diretrizes estabelecidas no Plano Brasil Maior, a PNEN buscou direcionar uma política nacional de fomento ao empreendedorismo por meio de um conjunto de ações de sensibilização acerca do tema, promovendo debates entre diversos atores impactados diretamente pela iniciativa: governo, setor acadêmico, empresarial e a sociedade civil. Por isso, desde o princípio de sua formulação, o projeto foi desenvolvido por meio da cooperação entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Secretaria de Comércio e Serviços – Departamento de Micro, Pequenas e Médias Empresas, e o Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília.

A elaboração de tal política seria justificada pelos seguintes fatores listados abaixo¹⁵:

- A confirmação de que o país demonstrou nos anos anteriores, apesar dos indicadores econômicos apresentados em 2015 e projetados para 2016, um mercado interno bastante aquecido, crescimento estável, bônus demográfico, além de mudanças do ambiente corporativo, configurando um período único para o país no que tange à transformação da estrutura empresarial brasileira.
- A compreensão do empreendedorismo como quinto fator de produção, ao lado do trabalho, capital, terra e tecnologia.¹⁶

Durante a formulação da PNEN foram realizadas consultas públicas com o intuito de elaborar teses acerca do ambiente empreendedor e a partir disso, formular planos de ação direcionadores da política nacional. As principais pautas destacadas relacionam-se aos seguintes tópicos:

- Ambiente econômico: os principais entraves no que concerne ao ambiente econômico seriam a taxa de juros e a legislação, que não estimulam o crescimento e a competitividade dos novos negócios, principalmente no que se refere à tributação das atividades produtivas.

¹⁵Fonte: Elementos Estruturantes de uma Política Nacional de Empreendedorismo e Negócios (2012).

¹⁶Nota da autora: o documento ‘Elementos Estruturantes de uma Política Nacional de Empreendedorismo e Negócios’ não fornece a definição do conceito para o termo ‘fator de produção’. O presente estudo baseia-se na definição econômica tradicional de fator de produção, caracterizado como elemento básico utilizado no processo produtivo de bens e serviços. É válido ressaltar ainda que o mesmo documento defende que “Os três recursos fundamentais são terra, trabalho e capital. Com a Segunda Revolução Industrial, a tecnologia passou a ser considerada como o quarto fator de produção. Atualmente, a economia moderna classifica o empreendedorismo como o quinto fator de produção e canal indutor de relações de mercado sustentáveis e duradouras.”

- Governança: ausência de coordenação e harmonização das diversas iniciativas já existentes, sendo necessário haver sintonia entre os agentes e os programas com o intuito de tornar tais iniciativas mais eficientes e acessíveis ao empreendedor.

- Infraestrutura: pesquisas realizadas durante a formulação da política pública em questão apontaram a necessidade de superação dos entraves ligados à infraestrutura no país, principalmente no que concerne ao acesso às tecnologias de informação e comunicação. Outro ponto que merece destaque é a necessidade de um sistema unificado de informação, de forma a atingir o público-alvo de modo mais eficaz.

- Educação e Capacitação: foi apontado como imprescindível a inclusão do empreendedorismo de forma transversal em todos os níveis de ensino. Assume-se aqui que os indivíduos com maior tempo de escolaridade e que tiveram contato desde cedo com o conceito de empreendedorismo e formas de empreender possuem maior potencial para construir empresas de alto impacto e inovação, potencializando a geração de empregos e reduzindo as chances de mortalidade da mesma. Além disso, outra importante estratégia para sustentar o desenvolvimento empreendedor é a ampliação do acesso ao ensino superior ou técnico de qualidade pelo jovem brasileiro, tópico que constitui inclusive uma das vinte metas do Plano Nacional da Educação, com a introdução de conteúdo direcionado ao mercado.

- Tecnologia e Inovação: diante da verificação de uma baixa cultura brasileira voltada à inovação, é preciso, além do incentivo ao surgimento de novos negócios, adotar políticas com o objetivo de aperfeiçoar a visão estratégica, qualificação e a capacitação técnica do empreendedor, permitindo a criação de um ambiente propício à inovação, em que as empresas criadas tenham alto diferencial de mercado. Por sua vez, faz-se necessário expandir os investimentos em ciência, tecnologia e inovação e direcioná-los para a construção de um ecossistema mais inovador.

- Investimento, Financiamento e Crédito: como forma de tornar o processo de criação de novos negócios mais abrangente na sociedade brasileira, é preciso tornar o acesso aos fundos de capital mais democrático, melhorando as linhas de crédito, além de tornar os processos de solicitação, análise e liberação de crédito mais eficiente.

Dentre os principais objetivos elencados com a implementação da PNEN, além da melhoria de competitividade e produtividade, a principal meta, destaca-se também o sistema educacional em todos os níveis com pedagogia para o empreendedorismo. Frisa-se ainda que como meio para o atingimento desta visão, destacam-se dentro da estratégia do programa, o

apoio ao desenvolvimento e disseminação de metodologias inovadoras de educação empreendedora, a inserção de práticas empreendedoras em todos os níveis de ensino além da promoção da visão de negócio no meio universitário.

Tendo em vista o período de vigência do Plano (2011-2015), ainda não é possível afirmar seu sucesso em relação aos objetivos. Todavia, todos os elementos de tal estratégia nacional reforçam não apenas a importância do empreendedorismo como o destaque dado para medidas relacionadas ao pilar da capacitação empreendedora.

No Brasil, quando se pensa em capacitação técnica e empreendedora, lembra-se imediatamente do Sistema S, criado na década de 1940 e constituído atualmente por nove instituições, que tem como principais objetivos o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica. Tais organizações não tem fim lucrativo e realizam atividades de interesse público, beneficiando grupos e categorias profissionais. Trata-se de instituições que exercem funções típicas do Estado embora não exclusivas deste, em regime de cooperação com o Poder Público com administração e patrimônios próprios. Ademais, conforme previsto na constituição, os valores remanescentes dos recursos arrecadados constituem superávit, e não lucro, devendo ser revestidos nas finalidades essenciais da entidade; estão sujeitos a controle estatal, inclusive por meio dos tribunais de contas; não precisam contratar mediante concurso público; estão obrigados a realizar licitação (art. 1º da lei 8666/93); são imunes a impostos incidentes sobre patrimônio, renda e serviços (art. 150, VI, c, da CF).

Fazem parte desse sistema: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Serviço Social do Comércio (SESC); Serviço Social da Indústria (SESI); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC); Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP); Serviço Nacional de Aprendizagem em Transporte (SENAT) e Serviço Social de Transporte (SEST).

Criado em 1969, o Instituto Euvaldo Lodi (IEL) é uma sociedade civil, sem fins lucrativos e de interesse público, que nasceu como uma iniciativa da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Por meio da estrutura nacional do Sistema Indústria (SEBRAE, SENAI, SESI, SENAC), o IEL tem como objetivo *“promover o aperfeiçoamento da gestão, a capacitação empresarial e a interação entre as empresas e os centros de conhecimento, contribuindo para a competitividade da indústria brasileira”*. Tal missão lhe configura um importante papel de agente fomentador no ecossistema empreendedor do país, uma vez que o

sistema S tem como responsabilidade delegada pelo Estado brasileiro a capacitação de indivíduos, instituições públicas e privadas, para atuar em atividades econômicas, tornando a indústria brasileira cada vez mais competitiva nos âmbitos interno e externo.

Segundo informações divulgadas em 2012 pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior durante a formulação dos elementos estruturantes de uma política nacional de apoio ao empreendedorismo, espera-se otimizar o sistema educacional em todos os níveis, com iniciativas pedagógicas voltadas para o empreendedorismo e a criação de um sistema único de informações relevantes e estratégicas ao empreendedor, com forte integração entre governo, empresa e universidade para a inovação e a competitividade. Dentre os principais meios para atingir tais objetivos, destacam-se em linha com a presente pesquisa os seguintes: o apoio ao desenvolvimento e disseminação de metodologias inovadoras de educação empreendedora, a inserção de conteúdos e práticas empreendedoras em todos os níveis de ensino, assim como a promoção da visão de negócio no ambiente universitário.

Todos os elementos listados reforçam a importância da capacitação empreendedora na construção de um país com um perfil empreendedor cada vez mais fortalecido, por meio de práticas sólidas e coordenadas. Os objetivos elencados pelo Ministério do Desenvolvimento assim como os meios para que os mesmos sejam atingidos encontram-se fortemente conectados e alinhados com o propósito do programa *Meu Futuro Negócio*, sob a gestão do Instituto Euvaldo Lodi no Estado do Rio de Janeiro e que será tema da análise de percepção do capítulo 4 deste trabalho.

III.3. Considerações Finais

Conforme observado, as políticas públicas e de interesse público podem ser importantes aliadas na resolução de questões que beneficiem o bem comum. É importante ressaltar que a formulação e o estabelecimento de tais iniciativas devem possuir uma abordagem multicêntrica, principalmente no que tange às ações de interesse público, objeto de análise desta monografia. Os desafios são consideráveis, particularmente no que se refere à implementação de tais medidas. Neste sentido, nota-se um *gap* maior entre os planos formulados e o que foi de fato aplicado. A falta de coordenação entre planejamento e execução configura como questão desafiadora, especialmente quando se volta o olhar para os países da América Latina, segundo destacado neste capítulo.

Dado o contexto brasileiro das políticas públicas no período recente, viu-se que o empreendedorismo foi um tópico recorrente tanto na elaboração do Plano Brasil Maior como na Política Nacional de Empreendedorismo e Negócios. Ademais, a capacitação empreendedora destacou-se como importante ponto para o alcance de determinadas metas impostas.

CAPÍTULO IV – “MEU FUTURO NEGÓCIO”

Uma análise sobre as percepções dos participantes desta ação de interesse público

Este capítulo tem por objetivo apresentar a iniciativa do IEL intitulada “Meu Futuro Negócio”, ação de interesse público que envolve o Instituto Euvaldo Lodi, o Instituto Gênese, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), a Universidade Federal do Rio de Janeiro e a COPPE. As informações foram coletadas por meio de entrevistas com os idealizadores do programa no IEL e com os beneficiários desta ação.

IV.1 O Estado do Rio de Janeiro e o Empreendedorismo

Tendo em vista que no presente capítulo, será discutido um estudo de caso acerca do programa de educação empreendedora em instituições de ensino superior do Estado do Rio de Janeiro, esta seção tem por objetivo apresentar o contexto econômico e empreendedor da região.

Conforme dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) referentes ao ano de 2013, o Estado do Rio de Janeiro é a segunda unidade da Federação em termos de participação no PIB entre os Estados, com R\$ 626 bilhões (aproximadamente 12% do PIB nacional), ficando atrás apenas do Estado de São Paulo. Com a quarta maior renda domiciliar¹⁷ *per capita* do país, o Estado do Rio é o sexto mais desigual e é o que menos avançou nesse quesito, contribuindo para que o Estado concentrasse o maior percentual da população pobre¹ na região Centro-Sul do Brasil (SEBRAE, 2015). Ademais, é notória a elevada dependência que o dinamismo econômico do Estado possui em relação à indústria extrativa mineral.

É válido ressaltar ainda que o Estado do Rio de Janeiro é considerado o maior polo brasileiro de economia criativa¹⁸. Tal setor cresceu consideravelmente nos últimos anos

¹⁷ No mencionado estudo, para o cálculo do percentual de pobres, foi construída uma linha de extrema pobreza regionalizada que varia de R\$ 84, nas áreas rurais do Espírito Santo e de Minas Gerais, a R\$ 157, na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA).

¹⁸ Entende-se economia criativa como um termo criado para nomear modelos de negócio ou gestão que se originam em atividades, produtos ou serviços desenvolvidos a partir do conhecimento, criatividade ou capital intelectual de indivíduos com vistas à geração de trabalho e renda (Fonte: SEBRAE)

(6,13%), acima do aumento médio do PIB nacional¹⁹, e representa atualmente 2,7% do PIB brasileiro. No Estado do Rio de Janeiro, esse percentual aumenta para 3,8%, sendo o Estado com o maior percentual do PIB proveniente dessa área da economia.

Outro importante elemento de análise é a taxa de desemprego no Estado, que apesar de uma trajetória de redução entre período de 2005 a 2012, esteve acima do índice verificado na região Sudeste e no país em 2013. Neste ano, o ERJ apresentou 7,9% contra 6,5% observado no Sudeste e 6,6%, no Brasil²⁰. Conforme mesma fonte, o setor de serviços concentra 51,8% da população ocupada no Estado do Rio de Janeiro, enquanto que o setor de comércio é responsável pela centralização de 18,5% e a indústria, 10,3%. Como visto no capítulo 2 deste trabalho, são os dois primeiros setores (serviço e comércio) que concentram a maior participação das Micro e Pequenas Empresas.

Segundo a PNAD (2011), existem 1,778 milhão de empreendedores no Estado do Rio de Janeiro, dos quais 87% são trabalhadores por conta própria e 13%, empregadores. Tais números colocam o Estado com o segundo maior número de Microempreendedores Individuais²¹. A participação dos empreendedores entre os ocupados no Estado corresponde à média nacional, de 24%, e está acima do observado na região Sudeste, de 22%. Tais números mostram a grande concentração de potenciais Microempreendedores Individuais, conhecidos como MEIs - trabalhadores por conta própria e microempresários com apenas um empregado que faturam até R\$ 60 mil por ano (ou R\$ 5 mil mensais). Todos esses fatos não somente ratificam o papel do empreendedorismo para a geração de emprego e renda no Estado assim como projetam o crescimento da relevância desse fator em um cenário nacional marcado pelo decréscimo no ritmo da criação de novos postos de trabalho.

Na tentativa de mensurar a qualidade do empreendedorismo no Estado, o SEBRAE-RJ estabeleceu como parâmetros:

(i) O nível de formalização dos empreendedores, no que tange à contribuição dos mesmos para a Previdência Social e ao registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ). Segundo essa medida, 42% dos empregadores e trabalhadores por conta própria possuem algum grau de formalização (seja via Previdência ou CNPJ) e 18% são completamente formais, índices menores aos apresentados na região Sudeste (50% e 24%, respectivamente). Ademais, é possível mostrar a existência de uma relação positiva entre o

¹⁹Fonte: Governo Federal – Ministério da Cultura

²⁰Fonte: PNAD 2003-2013

²¹Fonte: SEBRAE-RJ 2013

nível de formalização e o de remuneração dos empreendedores (SEBRAE-RJ, 2015). Aqueles que são totalmente formalizados obtêm maiores rendimentos;

(ii) O acesso dos empreendedores às Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), como por exemplo, celular e internet, ferramentas que facilitam a realização da função. Neste sentido, 91% dos empreendedores utilizam destes mecanismos, apresentando um nível mais elevado de utilização do que a média nacional (82%) e da região Sudeste (89%). Da mesma forma, é possível verificar a relação positiva entre esse parâmetro e a o nível de renda.

Em relação ao sistema educacional, o Estado do Rio de Janeiro possui, entre instituições públicas e privadas, 2.101 estabelecimentos para o ensino fundamental, 685 para o ensino médio²² e 118 instituições de ensino superior (IES) credenciadas no Ministério da Educação (MEC), considerando as seguintes organizações acadêmicas: Universidade, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, Centro Universitário, Faculdade e Centro Federal de Educação Tecnológica²³. Dessas 118 IES, entre instituições públicas e privadas, cerca de 30%²⁴ possuem alguma iniciativa relacionada à educação empreendedora, seja via existência de núcleos de empresas juniores seja por meio de cursos de extensão ou disciplinas atreladas ao tema ou até mesmo por meio de organização de eventos e seminários relacionados ao tema. É válido ressaltar, no entanto que este percentual praticamente duplica ao serem consideradas apenas instituições de ensino superior de natureza pública. Nota-se também que diversas dessas iniciativas começaram na última década, principalmente quando são analisados os dados de instituições de outras regiões do Estado, que não a metropolitana. O Estado do Rio de Janeiro é considerado região pioneira no desenvolvimento de programas de capacitação empreendedora nas instituições de ensino superior.

IV.2. O Programa “Meu Futuro Negócio” do IEL

Fundado em 1969 pela Confederação Nacional da Indústria, o Instituto Euvaldo Lodi (IEL) iniciou sua atuação com o objetivo de aproximar estudantes das linhas de montagem

²²Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP, EDUDATABRASIL - www.edudatabrasil.inep.gov.br - em novembro de 2007.

²³ Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP, Cadastro das Instituições de Educação Superior. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>> acesso em jul. 2012.

²⁴ Fonte: levantamento realizado pela discente, com base em dados disponibilizados via portal das universidades, mídias em geral e contato com as IES.

por meio de estágios supervisionados. No início da década de 1990, a partir da abertura econômica, a defasagem tecnológica da indústria brasileira ficou visível, impondo um novo desafio para a instituição. Hoje em dia, o IEL, que tem como principal missão ter uma articulação universidades-indústria, possui três frentes de atuação: a educação executiva, em que já formou mais de 125 mil gestores em programas de capacitação empreendedora; a consultoria empresarial, que já atendeu mais de 17 mil empresas em serviços de gestão e inovação; e a administração de termos de estágio.

O programa ‘Meu Futuro Negócio’²⁵ inicialmente surgiu por meio de uma parceria entre o IEL, o Instituto Gênesis e PUC - Rio em 2012, com o objetivo de reunir empresários, incubadoras, investidores e empreendedores visando atender a necessidade de inserir a capacitação empreendedora no âmbito universitário, preparando de uma melhor forma alunos da graduação e pós-graduação que tem interesse em abrir novos empreendimentos. Posteriormente o curso foi estendido para a UFRJ em 2014.

Apesar de apresentar indicadores longe de um cenário ideal nos níveis de educação básica e do ensino médio, o Estado do Rio de Janeiro apresenta quadro mais favorável quando olha-se para o ensino superior. Dentre as 94 universidades consideradas de excelência no Brasil segundo o Ministério da Educação, o Estado do Rio de Janeiro ocupa a 4º posição em número de instituições, ao lado do Estado do Paraná, com 8 universidades em ranking que considera a qualidade de cursos de graduação, por meio do Conceito preliminar de Cursos (CPC), e a nota Capes, que mede o desempenho na pós-graduação (mestrado e doutorado). Ao mesmo tempo, o Rio de Janeiro é o único Estado com um representante no top25 no ranking mundial das melhores incubadoras: a incubadora Gênesis (PUC-RJ). Esse ranking, realizado pela UBI Index (instituição responsável por auxiliar incubadoras em todo o mundo a melhorar seus processos e atividades), é composto por 78 países e é elaborado a partir de dados fornecidos pelas participantes, sendo avaliado o desempenho das incubadoras a partir de três grandes categorias:

- *Sua contribuição para o ecossistema*, que mede o impacto econômico que a incubadora gera para seu ecossistema como, por exemplo, número de empregos criados e receita gerada.

²⁵ Fonte : entrevista realizada com Alberto Besser, superintendente do IEL, e Daniela Longobuco, analista de Projetos Especiais – Empreendedorismo do IEL

- *Seu valor para os clientes*, que mensura o impacto econômico que a incubadora gera para seus clientes como, por exemplo, o impacto que a incubadora tem na habilidade dos mesmos assim como o poder de atração de investidores.

- *Seu quociente de atratividade*, que avalia o desempenho e histórias de sucesso na pós-incubação.

Some-se a esses elementos favoráveis o interesse da FIRJAN em programas direcionados para a capacitação empreendedora, tem-se os recursos necessários para a realização de projetos como o “Meu Futuro Negócio”.

O programa “Meu Futuro Negócio” surgiu após a realização pelo IEL de um diagnóstico sobre o ambiente empreendedor no qual o jovem brasileiro estava inserido data de 2007 quando foi realizada pela FIRJAN uma pesquisa com cerca de 2.000 alunos que se encontravam no último ano da graduação sobre as percepções dos mesmos em relação ao empreendedorismo. Na época, as respostas, na verdade delinearam a construção das ações do IEL no que tange ao empreendedorismo e como a instituição poderia contribuir para potencializar esse cenário. Um ponto que ficou claro era que as universidades possuíam escasso número de programas (ou às vezes nenhuma iniciativa) tratando desse assunto, contribuindo para a existência de poucas oportunidades empreendedoras. Aqueles que queriam empreender tinham pouco/nenhum conhecimento sobre como estruturar um plano de negócios factível, usando técnicas modernas e adequadas. Por sua vez, aquele que queria abrir uma empresa não sabia quais eram os caminhos.

Esse diagnóstico constituiu uma base para desenvolvimento de determinadas iniciativas pela instituição, como por exemplo, a “Semana IEL nas Universidades”, ação que atinge instituições de ensino do Estado do Rio de Janeiro com a promoção de palestras e discussões acerca do tema; capacitação de empresas juniores com professores da linha de educação executiva do IEL; Seminário de empreendedorismo, no âmbito da semana global com a presença de importantes palestrantes.

Em 2011, após participação em eventos internacionais sobre o tema, o IEL enxergou que era necessário estruturar ações que de fato possibilitassem o fomento da cultura do empreendedorismo nas universidades. Pensou-se então, a partir dessa concepção inicial, justamente a formulação de um programa em universidades que tivessem incubadoras consistentes, porque a ideia era contribuir de alguma forma para a criação de novos negócios

sustentáveis, pensando no *triple bottom line*²⁶, razão que justifica a escolha de instituições de ensino com incubadoras consistentes e reconhecimento no cenário econômico e acadêmico nacional. É válido ressaltar que programas semelhantes existem em universidades de renome internacional como, por exemplo, Harvard e Stanford.

O programa iniciou com aulas ministradas por professores e empresários para alunos e ex-alunos da graduação e pós-graduação da PUC-Rio em 2012 e da UFRJ em 2014. Além disso, técnicos da incubadora Gênesis (incubadora da PUC-Rio), técnicos da federação das indústrias do Rio de Janeiro e investidores interessados também participam das mesmas. O período das aulas tem duração em torno de quatro meses e ao final dessa primeira fase, os alunos enviam e apresentam seus projetos empreendedores, que passarão por avaliação de uma banca formada pelos investidores-anjo. Os três melhores planos de negócio são convidados a iniciarem seus projetos na incubadora do Instituto Gênesis. O melhor *pitch*²⁷ é premiado com curso de curta duração no exterior em uma instituição empreendedora reconhecida internacionalmente.

Visa-se desse modo formar universitários com visão empreendedora, inserindo conhecimento acerca do empreendedorismo, criando um ambiente propício ao desenvolvimento de novos negócios e, ao final, contribuir também para o surgimento de um número cada vez maior de empreendimentos sustentáveis do ponto de vista econômico, social e ambiental. Levando em consideração o grande *gap* muitas vezes observado pelos formuladores de programas como este entre o planejamento e a implementação e já mencionado no capítulo anterior deste documento, uma forte preocupação da instituição é fazer constantes avaliações e revisões no conteúdo programático. Desde a primeira edição ocorrida em 2012, o programa acontece ao longo do segundo semestre do ano permitindo que o IEL desenhe o conteúdo da edição seguinte e faça os ajustes necessários, baseado em avaliações periódicas dos usuários.

Este trabalho procurou analisar principalmente:

- (i) Qual a motivação dos participantes para iniciarem o programa;
- (ii) O local de primeiro contato com o tema ao longo da vida do participante;

²⁶Conceito criado por John Elkington, o *triple bottom line* também é conhecido como o tripé da sustentabilidade, baseado em 3 pilares (pessoas, planeta e lucro). De acordo com tal definição, uma empresa pode ser considerada sustentável caso respeite o desenvolvimento nestes 3 pilares.

²⁷ O termo *pitch* vem do inglês “elevator pitch” ou discurso/mensagem de elevador. Este é um conceito de marketing muito usado por Agências americanas para vender determinado produto com mensagens curtas e rápidas.

(iii) O impacto do programa da capacitação empreendedora na decisão de empreender dos participantes, isto é, o quão importante foi a realização do curso na iniciativa de abrir seu próprio negócio;

(iv) A percepção do participante em relação às suas capacidades adquiridas durante o programa;

Os dados presentes neste estudo de caso foram obtidos por meio de questionários *online* aplicados com os participantes do programa nas turmas de 2012 a 2014, em ambas as universidades (PUC - Rio e UFRJ). Durante esse período, o programa contou com a presença de 97 participantes. Deste número, não foi possível realizar contato com 9 participantes, reduzindo a aplicabilidade do questionário para 88 pessoas. Deste novo total, foram obtidas respostas de 41 participantes, o que representa aproximadamente 47% da população pertencente ao conjunto aplicável da pesquisa. Os questionários foram aplicados entre setembro de 2015 e julho de 2016.

A média de idade dos participantes é de 23 anos, sendo a maioria (59%) formada por estudantes universitários. Do total de entrevistados, 71% são da PUC - Rio e 29% da UFRJ. É válido ressaltar que na UFRJ o programa teve início em 2014, enquanto que na PUC - Rio o mesmo foi iniciado em 2012, o que justificativa a predominância de respondentes desta instituição de ensino superior privada. Para 49% dos entrevistados, a universidade constituiu o primeiro lugar de contato com o tema empreendedorismo, seguida pelo ensino médio (27%), estágio/trabalho (7%), familiares (7%), ensino fundamental (5%) e seminários (5%).

Quando questionados sobre a principal motivação para participar do programa “Meu Futuro Negócio”, nota-se que o interesse em aprofundar conhecimento em empreendedorismo foi o fator determinante para 68% dos respondentes. Para 17%, o desejo de abrir um negócio nos próximos 3 anos foi o principal motivo enquanto que para 5% tanto a busca pelo *networking* foi crucial como a realização de atividades complementares fora fatores decisivos para a participação.

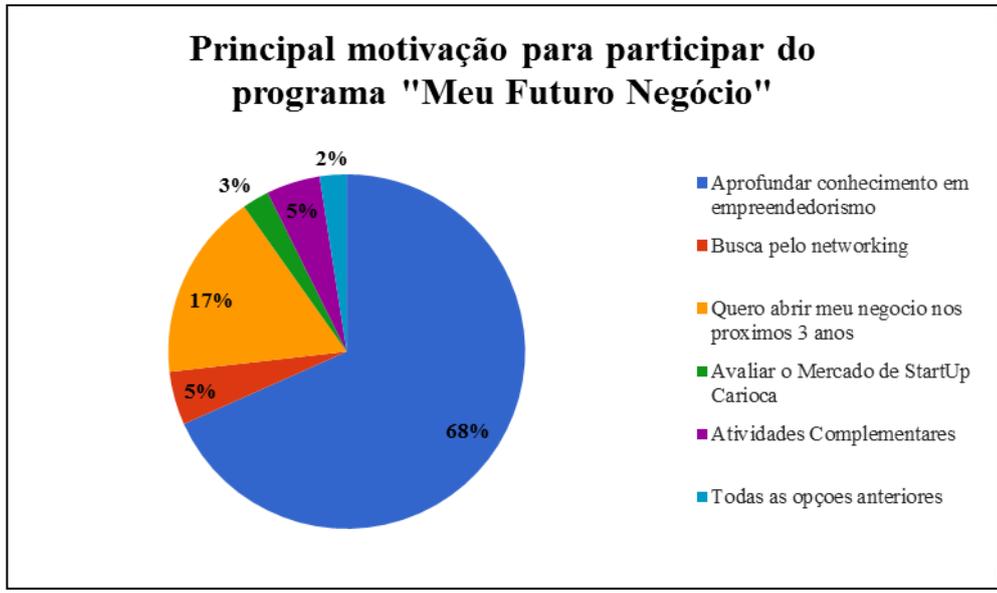


Gráfico 5 – Pergunta: Qual foi a sua principal motivação para participar do programa "Meu Futuro Negócio"?

Ao serem questionados em relação ao que mais chamou atenção na proposta do programa, 30% acreditam que as aulas com os empresários são o ponto mais interessante, enquanto que para 23% o fator mais atraente são as aulas teóricas com investidores para a preparação de planos de negócios e *pitches*. A premiação oferecida pelo programa para as três melhores ideias, que constitui em seis meses de pré-incubação foi o fator que mais chamou atenção para 21% dos entrevistados.

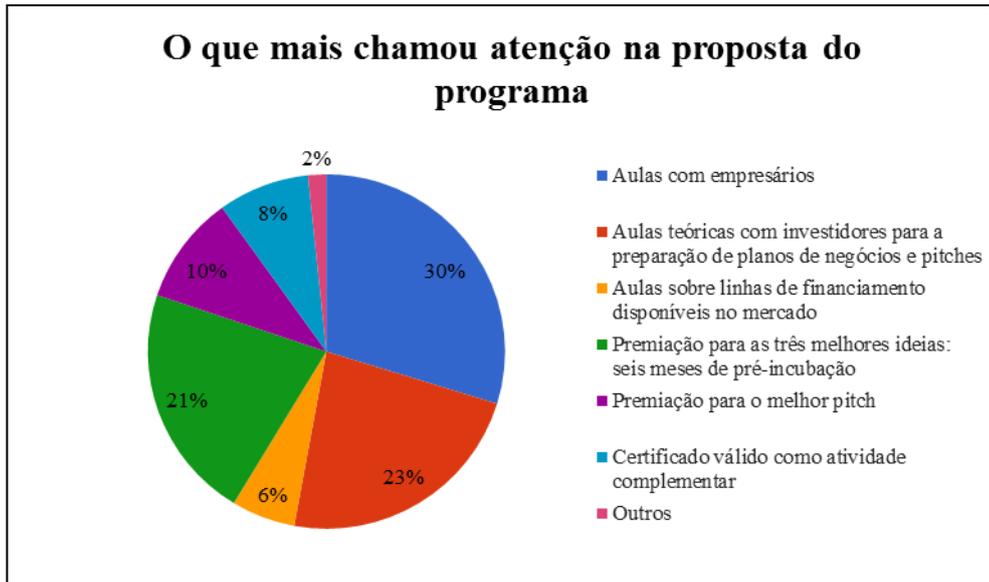


Gráfico 6 - Pergunta: O que mais te chamou a atenção na proposta do programa?

Antes de participar do programa, 44% não pensavam em abrir uma empresa, mas também não descartavam a possibilidade e 37% já pensavam em abrir uma empresa nos próximos 3 anos e já sabiam a área. Para 12% dos respondentes, a vontade de abrir uma empresa já existia, porém a área ainda não estava definida. Apenas 5% não pensavam abrir uma empresa, enquanto 2% já possuíam seu próprio negócio. Tais dados corroboram a busca por capacitação empreendedora por parte de pessoas que desejam abrir seu próprio negócio.

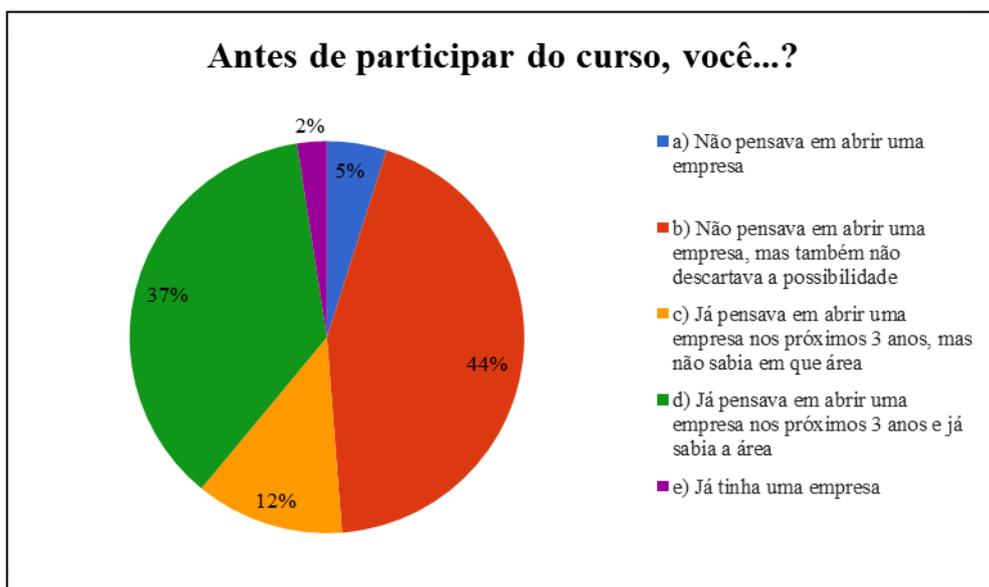


Gráfico 7 - Pergunta: Antes de participar do curso, você...?

Ao serem questionados acerca do conhecimento sobre empreendedorismo antes de participarem do programa “Meu Futuro Negócio”, 37% dos respondentes afirmaram terem nível razoável de conhecimento, enquanto que 29% afirmaram terem nenhum ou pouco conhecimento sobre o tema. Por sua vez, 27% dos entrevistados disseram ter bom conhecimento e somente 7% declarou ter domínio o conteúdo.

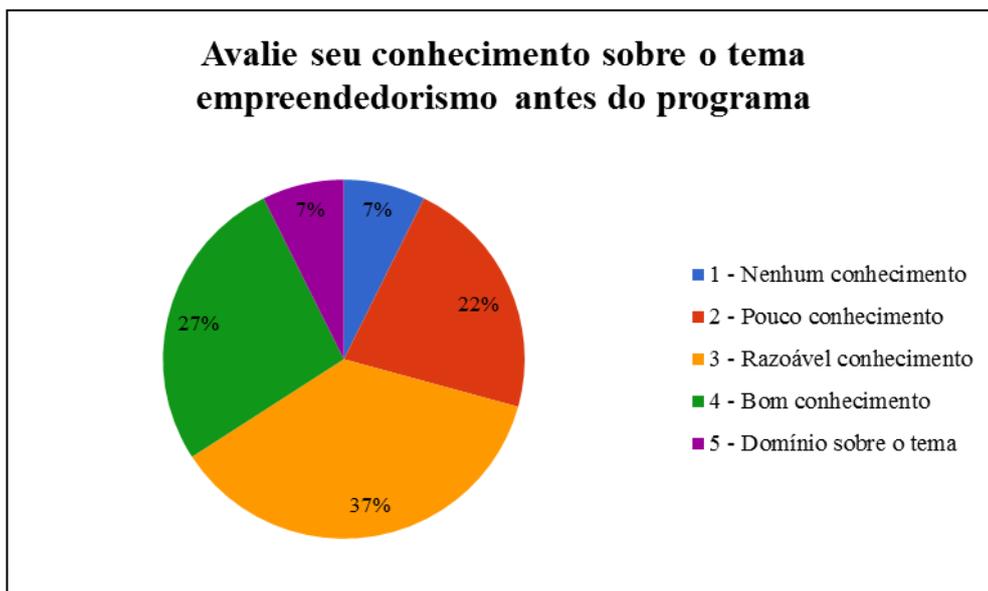


Gráfico 8 - Pergunta: Antes do curso ‘Meu Futuro Negócio’, avalie seu conhecimento sobre o tema empreendedorismo?

Ao serem confrontados com a afirmação “Após a participação no curso ‘Meu Futuro Negócio’, me considero um empreendedor/posso postura empreendedora”, 71% dos participantes concordaram ou concordaram fortemente, enquanto que apenas 12% discordaram de tal sentença.

Classifique a seguinte afirmação: "Após a participação no curso 'Meu Futuro Negócio', me considero um empreendedor/posso postura empreendedora."

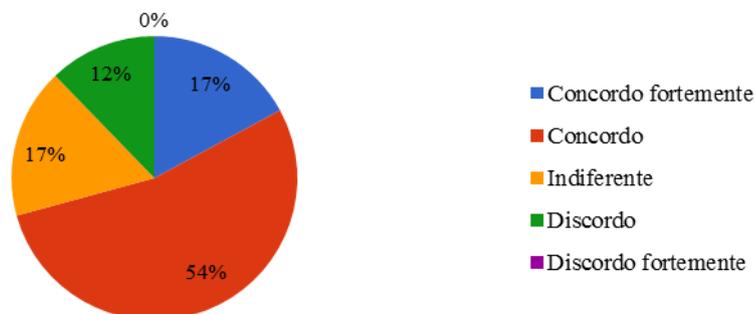


Gráfico 9 - Pergunta: Classifique a seguinte afirmação: "Após a participação no curso 'Meu Futuro Negócio', me considero um empreendedor/posso postura empreendedora."

Como visto no capítulo I, apresentado em Audretsch e Thurik, (2001), os próprios empreendedores não possuem completa segurança em relação às suas competências gerenciais. Um importante resultado refere-se à percepção dos participantes em relação à sua própria capacidade empreendedora. Ao serem questionados sobre como avaliam a capacidade individual (conhecimento, competências e experiência) para abrir um novo negócio após a participação no programa, 48% dos entrevistados classificaram como boa ou alta capacidade, enquanto que 37% classificaram como capacidade razoável e apenas 15%, baixa capacidade. Por sua vez, nenhum respondente se considerou inapto em relação às capacidades. Tendo em vista que a capacidade de empreender, conforme defendido nos capítulos anteriores, passou a ser uma característica importante no mercado de trabalho contemporâneo, este resultado corrobora o papel que o programa possui na capacitação empreendedora dos indivíduos.

Após sua participação no curso 'Meu Futuro Negócio', como você avalia a sua capacidade individual (conhecimento, competências e experiência) para abrir um novo negócio?

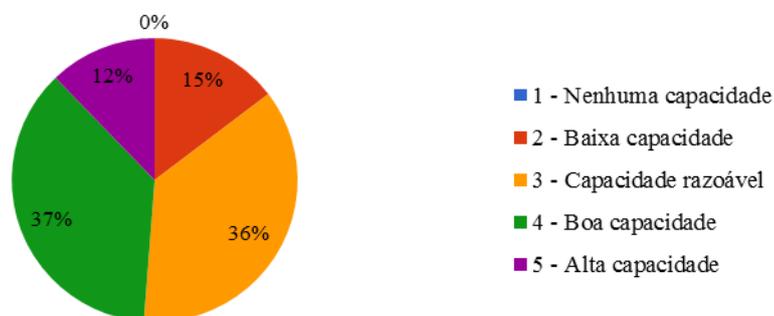


Gráfico 10 - Pergunta: Após sua participação no curso 'Meu Futuro Negócio', como você avalia a sua capacidade individual (conhecimento, competências e experiência) para abrir um novo negócio?

Por fim, ao serem questionados acerca das oportunidades de iniciar um novo negócio nos próximos 6 meses, apenas 35% consideraram boa ou alta probabilidade, 17% afirmam que há uma probabilidade razoável, enquanto que 27% apontaram como baixa probabilidade e 22% como nenhuma probabilidade. Tendo em vista o período em que a pesquisa foi realizada (final de 2015 e primeiro semestre de 2016), tal resultado é em linha com a deterioração do cenário econômico brasileiro neste momento. É provável que possíveis melhorias no curto prazo aumentem a expectativa dos indivíduos a empreender.

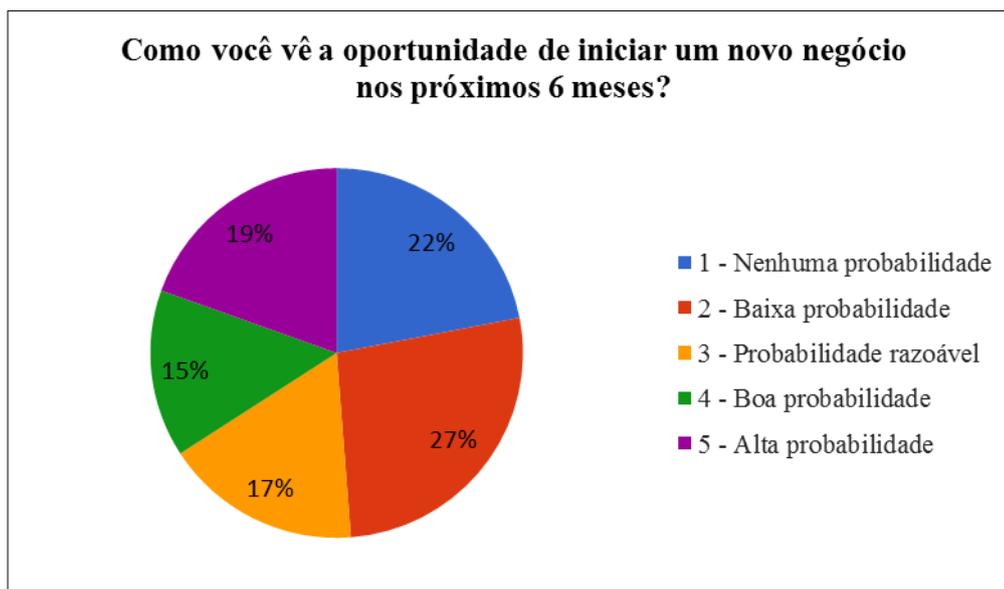


Gráfico 11 - Pergunta: Como você vê a oportunidade de iniciar um novo negócio nos próximos 6 meses?

IV. 3. Considerações Finais

Ao longo do presente estudo, a importância do empreendedorismo pode ser ressaltada. Ao tomar o Estado do Rio de Janeiro como microcosmo de análise neste capítulo, percebe-se que o empreendedorismo tem uma relevância ainda maior para a geração de emprego e renda no Estado. Ressaltam-se aqui elementos favoráveis já apresentados, como:

- I. A alta concentração da população ocupada nos setores de serviço e comércio, setores esses que possuem maiores taxas de participação de MPEs (conforme discutido no capítulo 2);
- II. O fato do Estado do Rio de Janeiro ser o 2º maior em número de Microempreendedores Individuais;
- III. Elevado número de iniciativas relacionadas à educação empreendedora nas instituições de Ensino Superior, desenvolvidas principalmente ao longo da última década;
- IV. Presença de incubadoras de *start ups* reconhecidas internacionalmente pelo trabalho desenvolvido.

Tendo estes fatores em vista, os resultados deste estudo mostram a importância do programa liderado pelo IEL em parceria com a FIRJAN e as instituições de ensino superior no fomento ao empreendedorismo. Não é por menos que a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) defende atualmente projeto que muda a Lei de Diretrizes e Bases da Educação para prever o estudo do empreendedorismo nos currículos dos ensinos fundamental e médio, e

na educação superior (PLS 772/2015). Ademais, em 2012, foi instituído por lei²⁸ o Programa Educação Empreendedora nas escolas públicas no Estado do Rio de Janeiro, que possui como um de seus principais objetivos a inserção de ações pedagógicas nas escolas para o desenvolvimento de um perfil empreendedor, de forma a contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do Estado, além de desenvolver nos estudantes um conjunto de habilidades e competências necessárias para a tomada de decisão, planejamento e organização.

Iniciativas como o programa Meu Futuro Negócio são determinantes não somente no desenvolvimento de conhecimento sobre o empreendedorismo e competências técnicas para abertura de novos negócios, como também configuram como um caminho para um ensino criativo que forma indivíduos capazes de enfrentar os novos desafios impostos pelo atual mercado de trabalho. Conforme visto pela análise deste programa, a capacitação empreendedora se mostra relevante, pois é preciso qualificar os agentes que visam empreender em competências como planejamento, gestão e visão clara do negócio. Ademais, segundo destacado pelos participantes do “Meu Futuro Negócio”, a troca de experiências com pessoas que também passaram pelo processo de abertura de novos negócios é enriquecedora, uma vez que é possível aprender com os erros e acertos de terceiros.

Dada a alta dependência econômica do Estado do Rio de Janeiro em relação à atividade extrativa mineral, o empreendedorismo pode configurar como um importante veículo de inovação, diversificação e dinamização da economia fluminense, otimizando outros setores como turismo e consolidando sua posição como maior polo brasileiro de economia criativa, conforme mencionado anteriormente na caracterização econômica do Estado. Além disso, tendo em vista o público-alvo do programa, jovens universitários, o empreendedorismo pode ser visto como uma alternativa para a inserção dos mesmos no mercado de trabalho.

²⁸Lei 6340/12 | Lei nº 6340, de 06 de novembro de 2012

CONCLUSÃO

Ao longo desta monografia foi possível definir o conceito de empreendedorismo e visualizar como o mesmo pode ser visto como um veículo gerador de empregos, mudança e inovação e, portanto, um condutor para o alastramento do conhecimento. Tendo isso em vista, a relevância do tema é notável, dado que, sob o contexto da globalização, as vantagens comparativas dos países estão migrando para atividades econômicas intensivas em conhecimento, não só a importância do empreendedorismo ganha ainda mais destaque, como também o impacto deste fenômeno é a geração de crescimento. Levando-se em consideração o contexto brasileiro, o empreendedorismo pode representar um importante dinamizador econômico, apesar da ainda insuficiente infraestrutura, especialmente no que se refere à capacitação.

Conforme apontado, em estudo realizado pelo Ministério do Desenvolvimento, a educação obteve destaque como importante elemento na construção de um ecossistema mais empreendedor. Esta análise, sobretudo, corroborou a atual baixa inserção do empreendedorismo nos conteúdos curriculares nos níveis de ensino no país, trazendo à tona a necessidade de maior inserção na grade curricular de conteúdos voltados ao mercado e ao desenvolvimento do empreendedor.

Ademais, o tema é importante no que tange à condução de uma nova abordagem das políticas públicas e de interesse público, deixando de lado o tradicional tripé dos instrumentos políticos, baseado na regulação, competição/antitruste e empresas públicas, visando políticas nacionais e regionais, com foco no fomento e comercialização do crescimento, no sentido de propiciar o surgimento de novos negócios, além de outras medidas como maior cobertura de linhas de financiamento.

Em relação às políticas públicas voltadas ao empreendedorismo e a promoção da educação empreendedora no país, ressalta-se que atualmente elas ainda se limitam à definição de grandes objetivos que não se traduzem necessariamente em grandes iniciativas de políticas específicas. Apesar da construção do Plano Brasil Maior e a posterior formulação da Política Nacional de Empreendedorismo e Negócios, é notável a ausência de operacionalização para o atingimento dos propósitos relacionados à construção e melhoria da capacitação empreendedora nos diferentes níveis de ensino no Brasil. Novamente a falta de coordenação entre o que foi planejado, coordenado e implementado constitui como desafio. Ou seja, no

Brasil, os arranjos institucionais na concepção de North (1991), que envolvem a implementação de políticas de apoio ao empreendedorismo necessitam de consolidação.

Conforme indicadores desenvolvidos pelo GEM, o Brasil se situa entre os países mais empreendedores do mundo. O período em que o país enfrentou taxas consistentes de crescimento do PIB e baixa taxa de desemprego contribuiu para o crescimento do empreendedorismo por oportunidade em detrimento do empreendedorismo por necessidade. Por sua vez, a piora do quadro econômico nos anos mais recentes pode favorecer o surgimento de empreendimentos por necessidade, tendo em vista a necessidade causada pelo desemprego, algo que ainda não é possível corroborar com dados.

É válido destacar, no entanto, que apesar do recente aumento do empreendedorismo por oportunidade no Brasil em relação ao empreendedorismo por necessidade, a percepção do próprio indivíduo sobre suas competências técnicas para empreender se manteve estável ao longo dos últimos anos. Isto é, o agente consegue perceber a oportunidade de um novo negócio. No entanto, não se considera apto a desenvolver esta iniciativa, dada a sua limitação de habilidade empreendedora. Tendo isso em vista, ações que promovam a capacitação empreendedora tornam-se essenciais no sentido de preparar o indivíduo para este desafio. Seja por oportunidade ou por necessidade, a sua auto percepção sobre sua capacidade não pode ser um fator limitante para o início do processo. Nesse sentido, a capacitação empreendedora mostra-se fundamental no processo de emponderamento do indivíduo como agente empreendedor.

É notável o crescimento da participação de Micro e Pequenas Empresas na economia brasileira, que ao longo dos últimos anos tiveram trajetória ascendente em relação ao valor adicionado dessas atividades ao Produto Interno Bruto do país. Conforme suportado anteriormente, considera-se a abertura de novos negócios como importante indicador da atividade empreendedora em determinada região. Ademais, é notável a concentração dessas empresas no setor de serviço e comércio, importante análise quando se verifica a alta dependência do dinamismo econômico fluminense em relação à atividade extrativa mineral. Tendo em vista o papel do empreendedorismo no contexto nacional e regional, acredita-se que é possível via MPEs desenvolver uma estrutura econômica e produtiva mais efetiva e menos dependente do extrativismo mineral. Para isso, é necessária a união de diferentes iniciativas, sejam elas públicas ou privadas no fomento da capacitação empreendedora, um dos principais pilares no desenvolvimento de um ambiente favorável ao surgimento de novos negócios.

Segundo informações divulgadas em 2012 pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior durante a formulação dos elementos estruturantes de uma política nacional de apoio ao empreendedorismo, espera-se otimizar o sistema educacional em todos os níveis, com iniciativas pedagógicas voltadas para o empreendedorismo e a criação de um sistema único de informações relevantes e estratégicas ao empreendedor, com forte integração entre governo, empresa e universidade para a inovação e a competitividade. Dentre os principais meios para atingir tais objetivos, destacam-se em linha com a presente pesquisa os seguintes: o apoio ao desenvolvimento e disseminação de metodologias inovadoras de educação empreendedora, a inserção de conteúdos e práticas empreendedoras em todos os níveis de ensino, assim como a promoção da visão de negócio no ambiente universitário.

Todos os elementos listados reforçam a importância da capacitação empreendedora na construção de um país com um perfil empreendedor cada vez mais fortalecido, por meio de práticas sólidas e coordenadas. Os objetivos elencados pelo Ministério do Desenvolvimento assim como os meios para que os mesmos sejam atingidos encontram-se fortemente conectados e alinhados com o propósito do programa *Meu Futuro Negócio*, sob a gestão do Instituto Euvaldo Lodi no Estado do Rio de Janeiro.

É importante observar também as limitações do presente estudo. Tendo em vista que se trata de uma análise de percepções de uma iniciativa isolada dentro da gestão específica do IEL, tal programa vincula-se às diretrizes da própria instituição, estando sujeito à futuras rupturas. Iniciativas como o programa *Meu Futuro Negócio* são determinantes não somente no desenvolvimento de conhecimento sobre o empreendedorismo e competências técnicas para abertura de novos negócios, como também configuram como um caminho para um ensino criativo que forma indivíduos capazes de enfrentar os novos desafios impostos pelo atual mercado de trabalho. Dada a alta dependência econômica do Estado do Rio de Janeiro em relação à atividade extrativa mineral, o empreendedorismo pode configurar como um importante veículo de inovação, diversificação e dinamização da economia fluminense, otimizando outros setores como turismo e consolidando sua posição como maior polo brasileiro de economia criativa.

BIBLIOGRAFIA

AUDRETSCH, D.B., LEHMANN, E. Does the knowledge spillover theory of entrepreneurship hold for regions?. *Research Policy*, 2005, v 34n.8, p. 1191-1202.

AUDRETSCH, D.B., THURIK R. *Linking Entrepreneurship to Growth*, OECD Science, Technology and Industry Working Papers, OECD Publishing, 2001.

CASSON, M. C. *The Entrepreneur: An Economic Theory*, Oxford: Martin Robertson, 2003.

CASTELLS, M. *The Information Age: Economy, Society and Culture* (vol. 1), Cambridge, Massachusetts: Blackwell Publishers Inc, 1996.

COASE, R.H. The nature of the firm. *Essential Readings in Economics*. Macmillan Education UK, London : Macmillan 1995. 37-54.

COELHO, R. C. *O Público E O Privado Na Gestão Pública*. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009. Disponível em <https://goo.gl/bHxWvT>

DORNELAS, J. *Empreendedorismo – Transformando Ideias em Negócios*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Empreende/LTC, 2015

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR (GEM). *Global Report*, 1999. Disponível em <http://www.gemconsortium.org/report/47099>

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR (GEM). *Global Report*, 2014. Disponível em <http://www.gemconsortium.org/report/49079>

JULIEN, P.A. *Empreendedorismo Regional e Economia do Conhecimento*. São Paulo: Saraiva, 2010. Caps. 3 e 4.

KIRCHHOFF, B. *Entrepreneurship and dynamic capitalism: the economics of business firm formation and growth*. Greenwood Publishing Group.1994.

LA ROVERE, R.L; MELO, L.M; OZÓRIO, L.M ; D'IPOLITTO, C.. Introduction: Entrepreneurship as a Learning Process and Insights from the BRICS. In: LA ROVERE, R.L.; OZÓRIO, L.M; MELO, L.J Entrepreneurship in BRICS: Policy and Research to Support Entrepreneurs. Heidelberg: Springer International Publishing, 2015.

LANGLOIS, R.N. Schumpeter and Personal Capitalism. University of Connecticut Working Paper 1996-05, March 1996.

LIMA, W.G. Política pública: discussão de conceitos. Interface (Porto Nacional), Edição número 05, Outubro de 2012, p.49-54.

LUCAS, R. On the mechanics of economic development, Journal of Monetary Economics, 22, 1988, p.3-42.

MANIMALA, M. Entrepreneurship Education in India: an assessment of SME training needs against current practices. International Journal Entrepreneurship and Innovation Management 6, p.624-647, 2008.

MARSHALL, A.. Principles of Economics. London: Macmillan. 2009, [1890]

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO (MDIC), Elementos Estruturantes de uma Política Nacional de Empreendedorismo e Negócios. Brasília. 2012.

NORTH, D. Institutions. Journal of Economics Perspectives, v.5n1 Winter. 1991, p.7

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). OECD Framework for the Evaluation of SME and Entrepreneurship Policies and Programmes, Paris: OECD Publishing,. 2008.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). Recomendação do conselho sobre política regulatória e governança Paris:OECD Publishing, 2012.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). Entrepreneurship at a Glance. Paris: OECD Publishing 2014.

ONUOHA G., Entrepreneurship. AIST International Journal, nº 10, , 2007, p. 20-32.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS (IPEA). PNAD Primeiras análises–Demografia, trabalho e previdência. Comunicado da Presidência 31. Brasília: IPEA, 2009.

RIVERA, L. A.; ROMER, P. M. Economic integration and endogenous growth. Working Paper 3527. Cambridge: National Bureau of Economic Research, 1990.

ROMER, P.M. The origins of endogenous growth. The Journal of Economic Perspectives, 1994, v.8 n.1, p. 3-22.

RUA, M.G. Políticas Públicas. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2009, [Brasília]: CAPES: UAB, 2009. Disponível em <https://goo.gl/91OeXs>

SCHUMPETER, J. A. Economic Theory and Entrepreneurial History. In: AITKEN, H.G Explorations in enterprise. Cambridge, MA Harvard University Press, 1965.

SEBRAE, 2013. Microempreendedorismo Individual no Rio de Janeiro. Nota Conjuntural nº 24. 2013. Disponível em <http://goo.gl/DF9mvl>

SEBRAE. Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira. Brasília: Unidade de Gestão Estratégica. 2014. Disponível em <https://goo.gl/gzgigo>

SEBRAE, 2015. Renda, trabalho e empreendedorismo no Estado do Rio de Janeiro. Nota Conjuntural nº 35.2015. Disponível em <http://goo.gl/vYwz90>

SECCHI, L. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos concretos. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SOLOW, R. A contribution to the theory of economic growth, *The Quarterly Journal of Economics*, 70, 1956, p. 65-94.

STEVENSON, L A.; LUNDSTROM, A. Patterns and trends in entrepreneurship/SME policy and practice in ten economies. Orebro: Swedish Foundation for Small Business, 2001.

STOREY, D. J. The birth of new firms—does unemployment matter? A review of the evidence. *Small business economics*, v.3n.3, 1991, p. 167-178.

WENNEKERS, S., THURIK R. Linking Entrepreneurship and Economic Growth. *Small Business Economics*, n° 13, , 1999, p. 27–55.